

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Luísa Caiaffo Valdez

**COMÉRCIO E CONTRABANDO NA COLÔNIA DO SACRAMENTO
(c. 1763 –c. 1766):**

IMPRESSÕES DE UM ANÔNIMO ESPANHOL NO RIO DA PRATA

Porto Alegre

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Comércio e contrabando na Colônia do Sacramento
(c. 1763 –c. 1766):**

Impressões de um anônimo espanhol no Rio da Prata

Luísa Caiaffo Valdez

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em História pelo Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kühn

Porto Alegre,
2015

Sumário

INTRODUÇÃO.....	3
1. A fonte: breve apresentação	10
CAPÍTULO 1 – Historiografia e contexto histórico: Colônia do Sacramento e a região platina.....	16
1. O contexto geral da Colônia do Sacramento	22
CAPÍTULO 2 – O comércio ilegal no Rio da Prata	31
1. O período de consolidação do comércio sacramentino	33
2. O comércio de Sacramento na década de 1760: as mercadorias	37
3. O comércio ilegal no Rio da Prata na década de 1760: a prática e os praticantes	40
4. O comércio de Sacramento na década de 1760: as soluções.....	52
CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS	60
Fontes	60
Bibliografia.....	60

INTRODUÇÃO

O Tratado de Tordesilhas é, provavelmente, um dos assuntos mais conhecidos para aqueles que estudam ou já tiveram contato com alguns tópicos temáticos de história da América e sua colonização por Espanha e Portugal. Desde 1494, ano em que foi assinado, e a metade do século XVIII, foi praticamente o único ou mais significativo documento, que de alguma forma estabelecia os limites entre os domínios das duas Coroas ibéricas no mundo. Foi, por isso, muitas vezes evocado, relido, reinterpretado por lusos e hispânicos, quando se iniciou o intenso período de disputas de limites ocorrido entre a segunda metade do século XVII e ao longo de quase todo o XVIII, consequência do constante avanço português para ocupação e domínio de novas regiões. Ao sul da América meridional, um dos grandes motivos de discórdia, gerador de embates militares e longas discussões diplomáticas foi a fundação da que finalmente foi batizada como *Nova Colônia do Santíssimo Sacramento*¹.

Fundada em 1680, na costa do Rio da Prata, na margem oposta e em frente à Buenos Aires, Colônia do Sacramento foi sentida pelas autoridades espanholas como uma afronta de Portugal, tornando-se desde o início uma das maiores preocupações da Corte de Madrid. Com o tempo, o assentamento foi se consolidando cada vez mais como posto comercial, responsável pela introdução de mercadorias não autorizadas pelas autoridades hispânicas a seus domínios. Esse aspecto, que caracterizou Sacramento ao longo do período em que esteve em mãos lusas, é bastante conhecido e está sendo objeto de análise, direto ou indireto, de alguns estudos de história. O presente trabalho pretende colaborar um pouco ao estudo deste caráter comercial de Colônia do Sacramento.

Para isso, utilizaremos como fonte um documento de autoria desconhecida, intitulado *“Discursos sobre el comercio legitimo de Buenos Aires con la España, el clandestino de la Colonia del Sacramento: medios de embarazo en la mayor parte y poner a cubierto de enemigos aquella provincia”* cuja data provável de escritura é o ano de 1766². Pretendemos

¹ Ou apenas *Colônia do Sacramento*. Ao longo do trabalho, usaremos esta forma para nos referir ao assentamento. Por vezes optaremos ainda pelas suas abreviaturas: apenas *Colônia* ou, ainda, apenas *Sacramento*.

² REAL BIBLIOTECA DEL PALACIO REAL DE MADRID – Madri (RBPRM). *Discursos sobre el comercio legitimo de Buenos Aires con la España, el clandestino de la Colonia del Sacramento: medios de embarazo en la mayor parte y poner a cubierto de enemigos aquella provincia*. Localização: II/2825. f. 283 r.-340 r. (Colección Ayala) Citamos aqui a localização do documento original manuscrito, porém, esclarecemos que neste trabalho utilizamos uma cópia datilografada, feita pelo historiador Enrique Barba. Esta segunda versão a que tivemos acesso se encontra na *Academia Nacional de la Historia de la República Argentina*. Ver: BIBLIOTECA DE LA ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA DE LA REPÚBLICA ARGENTINA – Buenos Aires (BANHRA). *Discursos sobre el comercio legitimo de Buenos Aires con la España, el clandestino de la Colonia del Sacramento: medios*

analisar aqui o que estes discursos a dizem a respeito do contrabando existente na região do Rio da Prata, cujo ponto central é a Colônia do Sacramento. As perguntas que guiarão nosso escrito são, por exemplo: o que é dito a respeito do papel de Colônia do Sacramento no comércio da região do Rio da Prata? Como é executado a partir dela o comércio ilegal com os assentamentos espanhóis? Quem são os agentes acusados de participarem destas ilícitas atividades? Entre outras perguntas mais. Pretende-se, portanto, explorar quais aspectos caracterizaram as práticas ilegais na visão do autor da fonte e analisá-los utilizando a bibliografia que nos pareceu pertinente.

A escolha de nosso objeto de pesquisa foi determinada por três motivos. O primeiro deles é o nosso interesse na temática, o que desde o princípio atraiu nossa atenção à fonte. O segundo motivo associa-se ao fato de que o contrabando é um elemento central no conteúdo de *Discursos*, visto como uma questão importante a ser solucionada no Rio da Prata (e base para a apresentação discursiva de outros aspectos que com ele se interligam). Desse modo, pareceu ser um ponto essencial e interessante a ser explorado com este documento, podendo nos dar uma visão geral do que o autor se refere como problema. Por último, outro motivo para a escolha do problema de pesquisa, justamente por esta conexão do tema contrabando com os demais questões e soluções expostos pelo autor, nos pareceu que recortar um aspecto mais específico dificultaria o entendimento geral do conteúdo do documento em uma primeira abordagem, tal como se propõe este trabalho. Pretendemos então conhecer melhor o documento com este estudo mais geral, para depois, retomá-lo mais especificamente em outro trabalho futuro, explorando apenas alguns de seus elementos.

Esclarecemos ainda que, pela escolha do problema de pesquisa, consideramos melhor não trabalhar com o documento na íntegra, ou seja, com os sete discursos que o compõem. A riqueza desta fonte é indiscutível e muito interessante, no entanto, por darmos prioridade para trabalhar com seus aspectos comerciais, selecionamos para este estudo nos centrarmos apenas nos discursos de número 1 a 5, pois seus conteúdos apresentam relação direta com o tema do contrabando, de modo que nos davam vasta informação para respondermos a nosso problema de pesquisa. Por outro lado, da leitura inicial da fonte percebemos que os dois últimos discursos, o sexto e o sétimo, embora concatenados argumentativamente com os demais, já não apresentavam informações diretamente relacionadas à temática de nosso trabalho, pelo

de embarazo en la mayor parte y poner a cubierto de enemigos aquella provincia. Localização: B 08-01-25. 90 folhas. Mais adiante voltaremos a falar sobre estas versões e nossa escolha. Ressaltamos ainda que ao nos referir ao documento utilizaremos apenas: *Discursos*.

que decidimos então não usá-los aqui, deixando-os para futuros estudos. Mesmo assim, as demais temáticas poderão aparecer às vezes, na medida em que estejam relacionadas com o tema central que aqui nos preocupa.

A escolha do recorte temporal na segunda metade do século XVIII se justifica pelo fato de que vários autores sustentam que a década de 1750 marcou um dos momentos de mudanças nas atividades da Colônia³. Ainda, o recorte temporal escolhido está intimamente ligado à temporalidade da fonte. Tendo sido escrita por volta de 1766, tomaremos como período central de análise a segunda metade do século XVIII, principalmente do início da década de 60 até o referido ano de escritura. Esclarecemos que pelo fato do relato por vezes fazer alguns recuos temporais para explicar origens ou transformações de aspectos relatados, faremos também recuos caso sejam necessário.

O recorte espacial deste trabalho também está marcado pelo conteúdo da fonte, combinado com uma opção teórica nossa. O espaço que trabalharemos é particularmente a Colônia do Sacramento, assentamento localizado na chamada Banda Oriental⁴. Porém, nossa interpretação considera que não é possível analisar esta praça de forma independente, como um elemento isolado no espaço. Esta opção se justifica por entendermos que Colônia teve importante papel no comércio da região no século XVIII, e por estarmos analisando como elemento central deste trabalho justamente seu aspecto comercial. Como é característico desse tipo de atividades, o comércio não se realiza isoladamente, senão que por meio de conexões entre seus agentes, tendo isso em conta, devemos afastar nosso foco de análise de Sacramento, para assim perceber a sua relação com os demais assentamentos existentes em suas proximidades na região platina⁵, em especial Buenos Aires e Montevideú.

³ Restringiremo-nos a nomear Fabrício Prado, neste momento, já que mais adiante o tópico será melhor desenvolvido. PRADO, Fabrício. *In the Shadows of Empires: Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Rio de la Plata (c. 1750 - c.1813)*. Atlanta: Emory University, 2009. Tese (Doutorado em História), Faculty of the Graduate School of Emory University, Emory University, 2009. Ou: PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo Sul da América Portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: Funproarte, 2002.

⁴ Entendemos por *Banda Oriental* as terras localizadas na margem leste do Rio da Prata e que se estende para o norte até a região do Rio Grande. Esta última, por vezes, pode ser incluída ou associada a esta Banda Oriental de acordo com suas características naturais e econômicas.

⁵ Entendemos por *Região platina, espaço platino* ou *região do Rio da Prata*, ao espaço de circulação que abrange as duas margens do Rio da Prata e a rede fluvial com a que se relaciona, tendo como pontos centrais os importantes assentamentos que se encontravam na desembocadura do rio já no século XVIII (Buenos Aires, Colônia e Montevideú) e suas áreas de influência. Temos como base, conceitos como este de Fernando Jumar: “La región Río de la Plata durante el Antiguo Régimen y su crisis estuvo conformada por los territorios dominados efectivamente por los europeos a ambas orillas del río, con fronteras difusas hacia el interior de las tierras, y el río mismo.” JUMAR, Fernando. “La región Río de la Plata y su complejo portuario durante el Antiguo Régimen”. IN: FRADKIN, Raúl O. (Dir. Tomo). *Historia de la Provincia de Buenos Aires*. Buenos Aires: Universidad Pedagógica de la Provincia de Buenos Aires, EDHASA, 2012. pp. 123-157. Tomo 2 – “De la

Do mesmo modo, à medida que a fonte assim o exigir, afastaremos ainda mais nosso olhar para abranger os demais espaços com que Colônia do Sacramento estabelecia relações de trocas comerciais, direta ou indiretamente. Isso, portanto, significa não só olhar para as duas margens do Prata (Sacramento, Buenos Aires, Montevideu, etc.) mas também para o Peru, Chile e demais cidades espanholas com as quais a região platina estava conectada pelo seu papel de fornecedora de mercadorias, bem como olhar para o Rio Grande, para o Rio de Janeiro, para enclaves portugueses na África e para Lisboa. Entendemos, portanto, a Colônia como inserida no que Fernando Jumar batizou como *complejo portuario rioplatense*⁶.

Entende Jumar, que o complexo se caracteriza pela interação dos assentamentos instalados às duas margens do Rio da Prata, mas que possui como nódulo Buenos Aires, Sacramento e Montevideu. Irá surgir desde o final do século XVI, com a fundação de Buenos Aires, e foi se conformando à medida que cada um dos outros dois polos surgiram e estabeleceram conexões com os demais, estando plenamente estabelecido nas primeiras décadas do século XVIII⁷. Cada um desses portos que o compunham desempenhavam um papel definido e complementar ao dos demais, sendo responsáveis pelas conexões do complexo com outros espaços comerciais. Deste modo, neste complexo portuário juntavam-se três níveis de circuitos comerciais que ele mesmo, como ponto de união e interação, era responsável por articular⁸.

Um desses níveis é o *circuito intrarregional* onde interatuam os portos da região, entre os quais circulavam produtos locais e os que a cada um dos assentamentos chegava. Outro desses circuitos era o *ultramarino*, que corresponde às articulações (principalmente de Buenos Aires e Sacramento) com portos do comércio ultramarino: Cádiz, por exemplo no caso da citada cidade espanhola, e Rio de Janeiro, Lisboa e portos africanos, para o caso de Sacramento⁹. Nesse nível do circuito, entravam mercadorias brasileiras, europeias e africanas e saiam metais preciosos e produtos da região. Por último, a o espaço platino se integrava ao

Conquista a la crisis de 1820”, Disponível em: <https://www.academia.edu/3637522/La_region_Rio_de_la_Plata_y_su_complejo_portuario_durante_el_Antiguo_Regimen_.En_Fradkin_Raul_dir._Historia_de_la_Provincia_de_Buenos_Aires_Tomo_II._Buenos_Aires_Universidad_Pedagogica_de_la_Provincia_de_Buenos_Aires_EDHASA_pp._124-157>. Acesso: Abril de 2015.

⁶ Ver: JUMAR, Fernando. “La región Río de la Plata y su complejo... *Op. Cit.* Ou ainda: JUMAR, Fernando. “Colonia del Sacramento y el complejo portuario rioplatense, 1716-1778”. IN: Silva, H., (dir.) *Los caminos del Mercosur: Historia económica regional*. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 2004. pp. 163-199. “Etapa colonial”. Disponível em: <<http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/libros/pm.7/pm.7.pdf>>. Acesso: Março 2015.

⁷ JUMAR, Fernando. “Colonia del Sacramento y el complejo... *Op. Cit.*, pp. 164-167.

⁸ JUMAR, Fernando. “La región Río de la Plata y su complejo... *Op. Cit.*, p. 129.

⁹ *Ibidem*, pp. 127-128.

*circuito extrarregional*¹⁰. Esse ocorria por via aquática ou terrestre e levava aos mercados de outras regiões produtos platinos ou aqueles produtos obtidos no comércio ultramarino. Em retorno, esta conexão extrarregional dava acesso para a região do Rio da Prata aos metais preciosos do alto Peru e outros produtos.

Como dissemos antes cada um desses portos que compunham o complexo portuário tinha um papel definido e complementar ao dos outros portos. Assim, Sacramento era peça chave de união com o circuito comercial ultramarino, responsável pela introdução de produtos europeus e luso-brasileiros. Já Buenos Aires era responsável pela introdução de parte desses produtos estrangeiros e platinos nos mercados de outras regiões da América espanhola. Por esse comércio, Buenos Aires conseguia ter acesso aos metais preciosos das regiões produtoras, já que com eles se pagavam parte dos acordos comerciais¹¹. Ainda, pelas relações com Buenos Aires, os comerciantes sacramentinos também tinham acesso à prata hispano-americana e a outros produtos desse mercado.

Outros aspectos teóricos perpassam este estudo. Comentamos, por exemplo que a fundação de Colônia do Sacramento fez parte de um conflito entre Espanha e Portugal pela definição de limites. Esse assentamento concretizou pela primeira vez o encontro entre os domínios de um e de outro Império na América¹². Com isso, foi necessário que se voltasse a discutir quais os espaços e territórios corresponderiam a um e outro, tema não tratado praticamente desde o final do século XV. Devemos considerar, então, que estamos trabalhando com uma região de fronteira, que, para o período que nos ocupamos, classificamos como “en perpetuo vaivén, movediza, cambiante y dinámica”¹³, consequência

¹⁰ *Ibidem*, p. 129. O autor indica algumas das regiões com que o complexo mantinha contatos. Entre seus exemplos, os mercados de Córdoba, Santiago del Estero, Tucumán, Catamarca, La Rioja, Salta, Jujuy, Alto Perú, etc.

¹¹ As regiões mineradoras da América espanhola, às quais os portos do Rio da Prata estavam conectados comercialmente, devido a suas características geográficas, dedicavam-se quase exclusivamente à produção destes metais, mas não à produção dos elementos necessários para o desempenho de suas atividades (mulas, por exemplo) e nem à produção de alimentos, deviam comprar de outras regiões pagando com seu metal. Buenos Aires obtinha estes metais preciosos (principalmente prata) pelo comércio com estas regiões mineradoras ou com outras regiões fornecedoras. Para mais detalhes: MOUTOUKIAS, Zacarías. “El comercio interregional”. IN: CASTILLERO CALVO, Alfredo (dir. vol.) *Historia General de América Latina*. París/España: UNESCO, Editorial Trotta, Simancas Ediciones, 2000. pp. 133-149. Vol. III, tomo 1: “Consolidación del orden colonial”.

¹² A fundação de Sacramento terminou por materializar na Banda Oriental um espaço fronteiro que até então não existia, onde se encontravam os domínios de Espanha e Portugal na América. PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento...*, p. 18.

¹³ LUCENA GIRALDO, Manuel. “El Tratado de Límites de 1750 desde la perspectiva española”. IN: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA SOBRE EL TRATADO DE TORDESILLAS Y SU ÉPOCA, Setúbal, 1994. *El tratado de Tordesillas y su época*. Valladolid: Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1995. pp. 1611-1625. Vol. III. p. 1613.

dos avanços, encontros de limites e discussões que marcaram a época¹⁴. Mas classificamos esta fronteira ainda como *múltipla*¹⁵ e *aberta*¹⁶. Múltipla, pois esteve marcada pela interação e convivência de espanhóis, portugueses, habitantes das missões jesuíticas, grupos étnicos indígenas variados, etc.¹⁷. Aberta, pois consideramos ser esta fronteira um espaço importante de contato e interação entre os grupos que ali habitavam. Por isso, mais do que considerá-la como uma linha, tal qual as concebemos atualmente, entendemos que ela se configura como um espaço fronteiriço.

Outro aspecto teórico que devemos considerar neste trabalho é o de *comércio legal* e, principalmente, seus contrários: *comércio clandestino*, *contrabando* ou *comércio ilegal*, já que são temas centrais de nossa fonte e, conseqüentemente, deste trabalho. Consideramos importante ressaltar que devemos analisar estes conceitos desde a ótica espanhola e de como estas práticas ocorriam nos domínios desta Coroa, já que o documento foi escrito por um súdito da Espanha. Outro elemento com o qual devemos nos preocupar é o conceito de *corrupção*, já que em nossa fonte aparece a ele imbricado.

A respeito dos conceitos *comércio clandestino/ilegal*, *contrabando*, o historiador Zacarías Moutoukias adverte em um artigo que são termos que, no período em que estamos trabalhando, denominam uma ampla e variada gama de atividades principalmente de cunho comercial. Muitas delas, praticamente o único que possuem em comum é o fato de serem atividades que de algum modo não cumpriam com as estipulações da legislação vigente da monarquia espanhola da época¹⁸. Por isso, inicialmente, nossa prioridade será identificar o que o autor de nosso documento está se referindo quando usa algumas destas terminologias.

¹⁴ Lucena Giraldo sustenta que os tratados do século XVIII entre Espanha e Portugal (em especial a partir da segunda metade do século) são consequência de uma necessidade muito presente de ambas as monarquias em regularizar seus domínios baseadas, ao menos para o caso espanhol, em uma nova visão política. Esta consistia numa visão “territorialista” do domínio, onde se tornava cada vez mais importante o controle direto de espaços pelos Estados, um estado associado a um território determinado. Esta visão, segundo relata o autor, está também associada ao desenvolvimento das ciências cartográficas (e astronômicas) que permitiram uma delimitação mais precisa dos domínios. Começava-se a poder delimitar uma fronteira mais rígida. LUCENA GIRALDO, Manuel. *Op. Cit.*, pp. 1612-1613.

¹⁵ PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo Sul... Op. Cit.*, p. 20.

¹⁶ *Ibidem*, p. 20.

¹⁷ A interação entre os súditos das Coroas Ibéricas é elemento central deste trabalho. Já a relação destes com os grupos indígenas locais (tanto os pertencentes como os que não faziam parte das missões jesuítas), embora com menos frequência e atenção, também aparece nos *Discursos* como um dos elementos que determinaram as relações dos diferentes grupos na região.

¹⁸ MOUTOUKIAS, Zacarías. “Contrabando y sector externo en Hispanoamérica colonial”. IN: CARMAGNANI, Marcello; HERNÁNDEZ CHÁVEZ, Alicia; ROMANO, Ruggiero (Coords.) *Para una historia de América*. México: Colegio de México, Fideicomiso Historia de las Américas, Fondo de Cultura Económica, 1999. pp. 172-197. Vol. II – Los Nudos 1. Desde seu ponto de vista, qualquer prática que não cumprisse os requisitos legais

Olharemos os referidos conceitos, juntamente com o de corrupção, também desde o ponto de vista exposto pelo mesmo autor em outro artigo¹⁹, onde argumenta que a utilização destes termos não pode aplicar-se ao período que estamos estudando. O autor, analisando as elites do século XVIII em Buenos Aires, demonstra que durante esse período os indivíduos que a compunham não desempenhavam apenas uma atividade ao longo da vida. Os membros deste estrato social chegavam inclusive a dedicar-se a várias atividades ao mesmo tempo, sendo em muitos casos até aparentemente –aos nossos olhos contemporâneos ao menos– opostas. Assim, identifica casos em que um mesmo indivíduo era um proeminente funcionário local da Coroa de Espanha, com cargos político-judiciais –como por exemplo no *cabildo*, na *Real Hacienda*, e até governadores– e/ou cargos militares cumulado com uma consolidada e importante carreira de comerciante²⁰.

Mas não apenas isso, este mesmo indivíduo podia, ainda, além da “acumulação” de funções relatadas antes, ter importante participação no comércio ilícito. Deste modo, Moutoukias advoga que não é possível que, para o período que estudamos, trabalhem com uma estratificação social marcada pelo tipo de atividade desempenhada por um sujeito e esperar que este se identifique com seus pares. Não é possível, portanto, classificá-los apenas como comerciantes, burocratas, contrabandistas, etc., ou seja, como grupos socialmente independentes e definidos. Ressaltamos ainda que por sua conclusão, a distinção entre práticas legais e clandestinas é anacrônica²¹. Considerando isso, entenderemos as acusações feitas pelo autor de nossa fonte, argumentos que serão analisados mais adiante no capítulo 2.

Iremos considerar que, tal qual explica Moutoukias, estas relações e interações entre grupos da elite na sociedade de Antigo Regime no Rio da Prata ocorrem, portanto, a partir de *redes de relações pessoais*. Estas se constituíam como aglomerações ou cadeias de afinidades de diferentes naturezas que ligavam vários indivíduos da sociedade²² e possuíam como elo central um indivíduo que atuava como chefe ou cabeça desta rede. Ditos proeminentes

estipulados a respeito das condições de comércio da Espanha com suas colônias na América poderiam ser consideradas contrabando.

¹⁹ MOUTOUKIAS, Zacarías. “Redes personales y autoridad colonial: Los comerciantes de Buenos Aires en el siglo XVIII”. IN: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, Paris, pp. 1-35, maio/junho 1992. (Traduzido por María Carolina Zapiola para a cátedra de História da América II –colonial– da Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires).

²⁰ Muitas vezes com conexões que se estendem ao comércio inter-regional (alcançando lugares como Chile, Peru, Paraguai, etc.) ou o comércio mais do que oficial dos *navíos de registro*, com diretas conexões com Cádiz.

²¹ MOUTOUKIAS, Zacarías. “Redes personales y autoridad colonial... *Op. Cit.*, p. 20.

²² O autor nos explica, que estas relações ocorriam em três níveis: com “empresários” subalternos (“pulperos, patronos de lanchas, fleteros, capataces, etc.”); relações entre pares (com aliados ou consanguíneos, amigos, compadres, etc.); com indivíduos do círculo mais íntimo (relações com família e de laços de casamento). *Ibidem*, p. 11.

sujeitos eram aqueles funcionários/comerciantes/contrabandistas/etc. que vínhamos falando e que ocupavam esta significativa posição social por desempenharem estas variadas “profissões” bem como o inverso. Assim, seu prestígio como comerciantes sustentados em suas redes pessoais, lhes davam maiores chances de alcançar um cargo de funcionário da coroa, que alimentava seu prestígio e sua capacidade de controlar e criar redes, que gerava maior proeminência comercial e assim continuava o ciclo. Nas palavras de Moutoukias: “... las redes de relaciones personales [...] eran, al mismo tiempo, medios para la organización de los negocios y parte del marco institucional que aseguraba la realización de los contratos.”²³

Para completar nossa análise, uma última explicação deve ser dada: assim como estas redes são importantes para o estabelecimento das atividades comerciais, tanto legais como ilegais, para Moutoukias, também são úteis à Metrópole para o estabelecimento e perpetuação de seu poder a nível local. Assim, vários dos funcionários espanhóis enviados pela Coroa desde a península para o Rio da Prata, terminaram associando-se a estas elites, participando destas redes e utilizando deliberadamente este modo de funcionamento social para assegurar seu governo e autoridade, e ainda associavam as elites à função imperial “hasta el punto de crear un tejido único de notables”²⁴. Mas, como vimos, ao mesmo tempo, que favorecia ao governo metropolitano, abria espaço para os interesses das elites locais. Finalmente:

Si consideramos el universo del contrabando no como un mundo delictivo sino como una suerte de frontera social en relación a las representaciones jurídicas, con reglas bien establecidas y aceptadas –parecidas, además, a las del comercio ‘legal’–, las prácticas que observamos revelan una lógica social global compartida por dos medios que sólo nuestra mirada disocia. [...] Hay aquí, entonces, una lógica social en la cual la acumulación de signos públicos de autoridad personal y la diversificación socio-económica determinaban la racionalidad de los actores económicos.²⁵

1. A fonte: breve apresentação

A fonte que aqui pretendemos trabalhar é um documento de autor não identificado cujo original manuscrito se encontra na *Real Biblioteca del Palacio Real de Madrid*. Ressaltamos, porém, que aqui trabalharemos com a transcrição que se encontra na *Academia Nacional de la Historia de la República Argentina*, em Buenos Aires. A escolha de uma versão em detrimento da outra teve como base apenas na facilidade de acesso da versão transcrita²⁶. No

²³ *Ibidem*, p. 16.

²⁴ *Ibidem*, p. 9.

²⁵ *Ibidem*, p. 19.

²⁶ Cujas fotografias do documento me foram facilitadas pelo professor Dr. Fábio Kühn.

entanto, temos claramente em conta os problemas que implicam esta opção: possíveis erros e omissões da transcrição; lacunas de conteúdos por impossibilidade de leitura, etc. Apesar desses fatores, dadas as condições e proporções de realização deste trabalho, aceitamos os inconvenientes e optamos assim mesmo pela cópia transcrita.

Foi escrito em idioma castelhano e está dirigido ao Rei da Espanha, referido no documento apenas como “V.M.”²⁷. Assim como acontece com o autor, também não há uma data objetiva associada à escritura do material. No entanto, uma passagem ao final do texto – tal como já havia assinalado Enrique Barba²⁸ – parece nos indicar que a data provável de escrita é o ano de 1766: “... pues pasó a la práctica de poblarlas [as ilhas Malvinas] el año 64 del presente siglo y aunque en el que estamos de 66...”²⁹.

Mesmo não havendo assinatura que identifique a autoria do manuscrito, existem alguns elementos no conteúdo do texto, uns aparentes e outros nem tanto, que indicam alguns aspectos da identidade do desconhecido escritor. Sabemos desde o começo que quem escreve é um súdito da Coroa espanhola, que se dirige ao rei brindando informações acerca de seus domínios, com a pretensão de obter algum benefício. Logo após o título do documento, suas palavras dizem claramente:

Pero me queda el consuelo de mereciendo este papel algún aprecio en la alta comprensión de V.M. premiará este corto servicio con alguna de las plazas que están vacantes en la Contaduría del mismo Consejo de las Indias, para que de ese modo pueda continuar con el carácter que corresponde a los dilatados méritos de mis hermanos ejecutados por él, como antecedentes tengo manifestado, a V.M.³⁰

O texto está dividido em sete discursos que abordam diferentes temas, sendo cada um dividido em parágrafos numerados, à exceção do segundo discurso que, além dos parágrafos numerados, está estruturado em cinco artigos. A finalidade geral do documento é relatar a situação do comércio praticado na região do Prata, denunciando principalmente a comum prática do comércio ilícito. Além de dar os detalhes de como era executado, apresenta propostas para solucionar o problema, sempre alegando a intenção de alcançar o bem da Coroa espanhola e aumentar os benefícios de seu Rei. No entanto, da leitura do documento, acreditamos que é também possível afirmar que existe outra intenção no texto: com as soluções propostas, o autor parece tentar alavancar o porto de Montevidéu como centro da

²⁷ *Vuestra Majestad*. Pelas datas do texto, o rei destinatário deve ser Carlos III de Bourbon (1759-1788).

²⁸ BARBA, Enrique. “Sobre el contrabando de la Colonia del Sacramento: siglo XVIII”. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1980. pp. 57-76. Separata *Investigaciones y ensayos*, nº28, Julho-setembro, 1980.

²⁹ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 7º, Parágrafo 17; p. 89.

³⁰ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, p. 0.

região. Em consequência, levantamos a hipótese de que o escritor anônimo possa fazer parte ou estar fortemente vinculado à elite daquela cidade.

O conteúdo específico do documento será analisado com mais profundidade nas páginas que seguem, mas ressaltamos agora que, tendo em vista os detalhes das informações brindadas pelo autor, podemos inferir que este é um profundo conhecedor das atividades comerciais da região do Prata. Podemos acreditar, inclusive, que possa ter trabalhado no setor, possivelmente com atividades ligadas à contabilidade, o que justificaria seu pedido de cargo na *Contaduría*. Também pelo conteúdo geral do texto³¹, podemos perceber que o autor era alguém muito conhecedor da região e que possivelmente por ali tenha circulado bastante. Estes conhecimentos, tanto os na área do comércio local, como os mais gerais sobre a região são, com frequência, utilizados pelo autor para justificar seus argumentos e opiniões³². Infelizmente, as informações não são suficientes para definir, sem uma análise mais profunda, ao menos, se o autor era *criollo* ou um espanhol que habitou muitos anos a região do Prata³³.

Para a análise do conteúdo de *Discursos* acreditamos importante considerar os argumentos de Jacques Le Goff, quando sustenta a necessidade de que se faça uma crítica profunda aos documentos. Isso implica essencialmente em entender que não existe documento objetivo e inócuo, que eles não exprimem objetivamente os dados do passado que devem ser apreendidos pelos historiadores. Deve-se perceber o documento como “... um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”³⁴, para assim podermos realizar neles uma crítica interna e entender suas condições de produção. Neste sentido, acreditamos que os elementos apontados até agora, são importantes para serem considerados à hora de nossa análise do documento.

Deste modo, devemos ter em conta alguns outros elementos quando escolhemos esta fonte, *Discursos*, específica para nosso estudo. Primeiramente, a respeito de seu aspecto

³¹ Aqui consideramos também os dois discursos excluídos da análise deste trabalho, em que o autor, por exemplo, além das condições militares de cada um dos principais portos do Rio da Prata, expõe o número de habitantes, localização e limites geográficos, distâncias, etc. de vários assentamentos existentes na Província do Rio da Prata (tais como Luján, Santa Fe, Santo Domingo Soriano, Montevideu, Corrientes, etc.).

³² Um exemplo, quando sustenta que suas conclusões e soluções provêm do conhecimento prático: “... para disminuir en algun modo aquel Giro de Comercio Clandestino, propondré en el discurso siguiente los medios que la práctica me ha enseñado...” BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, p. 12.

³³ Gostaríamos de poder nos aprofundar nestas questões referentes à identidade deste autor e tentar identificá-lo ou, ao menos, traçar mais precisões sobre quem era (origem, ocupação, lugar de onde escreve, etc.). Consideramos esta problematização bastante importante, porém, por questões de tempo e tamanho exigidos por este trabalho, terminamos tendo que optar por outros temas a serem tratados neste escrito a partir de nosso interesse.

³⁴ LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. IN: _____. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. Coleção Repertórios. p. 545.

formal, ressaltamos que o texto faz referência à existência de um *plano* –mapa– que estaria ao final do documento. Porém, na cópia aqui trabalhada (a da *Academia Nacional*), não está presente. Não sabemos se este plano está anexo ao original da *Real Biblioteca*, mas consideramos a possibilidade de que não esteja, já que a fonte faz parte da *Colección Ayala*. Os documentos pertencentes a esta coleção formaram parte do acervo particular de Manuel José de Ayala (1728-1805), funcionário espanhol que, como arquivista do Estado ou desempenhando outros cargos burocráticos, se dedicou a copiar, recopilar e guardar qualquer tipo de documento referente à América a que tivesse acesso³⁵. Assim, não estamos certos de que, ao copiar o conteúdo do documento M. J. Ayala tenha mantido o mapa anexado ou, ainda, se esta parte do documento algum dia tenha chegado a suas mãos.

Além da questão do plano, esta fonte em particular e seu pertencimento ao conjunto documental de Ayala deve nos levar a outras duas reflexões ligadas à sua tipologia e contexto de produção. A primeira é considerar que *Discursos* não é a única fonte deste tipo, é possível localizar várias outras semelhantes –documentos em que se denunciam os “descaminhos” e outros problemas das colônias e onde se propõem soluções para estes– que foram produzidas, tanto por americanos como por europeus. Em um estudo, Fernando Novais³⁶, por exemplo, utiliza uma considerável lista de documentação da mesma natureza, porém, referentes à América portuguesa. Para a América espanhola, podemos citar o artigo de Anthony McFarlane, em que trabalha com um escrito dirigido ao Rei de Espanha, onde se denuncia a corrupção do Vice-reino do Peru³⁷.

Ambos os autores atribuem a produção deste tipo de documentos a um contexto de crise do Antigo Regime³⁸, em que estes escritos propunham reformas e soluções aos problemas que eram identificados, principalmente nas áreas da administração, política e economia ibéricas, e

³⁵ Valentín Moreno Gallego relata que, em 1763, M. J. Ayala “accede a la responsabilidad de archivero de la Secretaría de Estado y del Despacho Universal de Indias” (p. 21) e explica: “La extraordinaria labor compiladora de Ayala, que se desarrolla desde entonces sólo se entiende en el contexto dieciochesco de necesidad de fuentes documentales para tener un criterio de actuación en Indias, dentro del reformismo americanista de Carlos III...” (p. 21). Ressalta, ainda, que o conteúdo da coleção é “grande y muy dispar”, incluindo recopilações de leis, dicionários americanistas de diversas áreas e muitos outros tipos de documentos (p. 24). Para mais informação ver: MORENO GALLEGO, Valentín. “La Real Biblioteca y sus fondos americanistas: Guía de fuentes”. IN: *Lope de Barrientos. Seminario de Cultura*, Cuenca (Espanha), v. 2, 2009. pp. 105-140. Disponível em: <<http://www.realbiblioteca.es/images/agenda/Fondos AmericanistasRB.pdf>>. Acesso: Maio 2015.

³⁶ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 2011. (Estudos Históricos). pp. 213-298. Cap. IV

³⁷ McFarlane analisa a obra de Jorge Juan e Antonio de Ulloa, *Discourse and Political Reflections on the Kingdoms of Peru* (1749). Ver: MCFARLANE, Anthony. “Political Corruption and Reform in Bourbon Spanish America”. IN: LITTLE, Walter; POSADA CARBÓ, Eduardo (Eds.). *Political corruption in Europe and Latin America*. Londres: Macmillan; Institute of Latin American Studies, University of London, 1996. pp. 41-63.

³⁸ NOVAIS, Fernando A. *Op. Cit.*, p. 213 e seguintes. E: MCFARLANE, Anthony. *Op. Cit.*

de suas Colônias. Estes documentos eram as repostas dos súditos das duas Coroas às reformas propostas pelos próprios Estados que, para o caso espanhol, foram as chamadas Reformas Bourbônicas do século XVIII. Ressaltam, tanto Novais como McFarlane, que estas propostas, nesse contexto reformista, por vezes associavam ideais Iluministas, as quais, mesmo que de forma mais restrita, de uma maneira ou de outra, chegaram às intelectualidades, tanto de Espanha como de Portugal. Reformismo e Iluminismo trabalharam juntos para a recuperação e manutenção do sistema existente.

Portanto, considerando estas análises e, ainda, tendo em conta as reflexões de Moreno Gallego, que contextualiza o ímpeto copista e colecionador de Ayala no reformismo³⁹, acreditamos que devemos pensar nossa fonte também como fruto dessa realidade. Inclusive, sua data coincide com o início das atividades de Ayala, o que pode ser mais um indicador desse contexto. Ressaltamos, apenas, que ao não sabermos a identidade do autor de *Discursos*, não temos como identificar com precisão o quanto de envolvimento com o Iluminismo este autor possuía. No entanto, podemos considerar que é clara sua intenção em argumentar em prol das melhorias, o que insere sua obra no contexto de crise e de reformismo. Ainda, podemos considerar a preocupação do anônimo em justificar seus argumentos com o conhecimento profundo e prático que possui acerca da região; por mais que ele não tivesse um grande envolvimento com as ideias do Iluminismo, ao menos assenta seus argumentos em uma de suas bases, a empiria, a experiência⁴⁰.

Um dos aspectos interessantes desta fonte, e que nos motivou a estudá-la, é o fato de ela nos brindar um relato desde o ponto de vista espanhol, porém, ao analisar o documento, teremos em conta que está caracterizado por todos os elementos que referimos acima, à respeito do autor, da fonte e de seu contexto de produção. Por isso, o consideramos uma fonte representativa de uma das tantas possíveis opiniões e impressões dos súditos da Coroa de Espanha sobre Colônia do Sacramento, na época. Do mesmo modo, as soluções propostas por ele também são uma das tantas possíveis, e igualmente marcadas pelos mesmos elementos. No entanto, ressaltamos que essas soluções não serão analisadas neste trabalho, em face do que para ele nos propusemos.

* * * *

³⁹ Do labor de Ayala, ressalta Moreno Gallego, um dos principais resultados foi a produção da *Colección Universal del Gobierno de Yndias*, composta de cédulas, decretos e ordens reais, consultas, um dicionário de governo, etc., iniciado a princípios de 1760 e que, a finais de 1790, contava com aproximadamente 290 volumes manuscritos. MORENO GALLEGO, Valentín. *Op. Cit.*, pp. 22-23.

⁴⁰ NOVAIS, Fernando A. *Op. Cit.*, pp. 216-217; p. 228.

O presente trabalho está estruturado em quatro seções: a introdução, dois capítulos centrais e a conclusão. No primeiro, se inicia com uma revisão historiográfica das produções sobre Colônia do Sacramento, continuando com um relato do contexto histórico do assentamento português. O segundo capítulo apresenta a análise em si da fonte que nos propusemos a trabalhar. Iniciando com a apresentação de alguns argumentos do documento, seguimos com três subtítulos, onde se analisam três diferentes aspectos relacionados ao tema central: o comércio legal e ilegal praticado no Rio da Prata a partir de Colônia do Sacramento. No subtítulo de número um, se discute a formação e estruturação da Colônia enquanto entreposto comercial na região. No número dois, se analisam as mercadorias que a fonte nos apresenta. No terceiro subtítulo, analisamos como era praticado o comércio, principalmente o ilícito, na região, tendo em conta os modos de introdução das mercadorias e os agentes envolvidos nestas ações clandestinas. Por último, na conclusão, além do usual fechamento das ideias apresentadas ao longo do escrito, também relatamos as soluções que o autor do documento apresenta aos problemas identificados no comércio do Rio da Prata.

CAPÍTULO 1 – Historiografia e contexto histórico: Colônia do Sacramento e a região platina.

Em um artigo em que se propõe a analisar o modo como a historiografia estudou e explicou a história de Colônia do Sacramento, Fernando Jumar⁴¹ dá especial ênfase àqueles estudos clássicos produzidos até finais da década de 1980, constatando que nesse momento ocorreram alterações que geraram mudanças e renovações historiográficas na temática. Uma série de temas, que frequentemente aparecem associados a Sacramento nessas produções anteriores aos anos oitenta, são identificados por F. Jumar, tais como: o comércio atlântico, as reformas do século XVIII, as disputas entre espanhóis e portugueses, o processo de formação das atuais Estados nacionais da região (Argentina, Uruguai e Brasil), as missões jesuítas, etc. O autor propõe, ainda, a divisão das obras do período em quatro tipos, segundo a forma com que a temática aparecia em seu conteúdo⁴². O primeiro grupo é o de livros de história geral sobre a América ibérica, onde Colônia passa longe de ser o tema central, onde o assentamento integra “... la interminable lista de efectos perversos de la historia hispanoamericana vista a partir de los deseos de la Corona de Castilla.”⁴³ e as citações acerca das informações passadas são quase ausentes⁴⁴.

A segunda categoria de trabalhos desse primeiro período da historiografia é a das “histórias nacionais” da Argentina, do Brasil e do Uruguai, onde os diferentes temas estudados sobre Colônia estarão ligados às narrativas que explicam o surgimento dessas nações. Na terceira categoria, “historias consagradas a temas particulares”, as produções estão relacionadas à história ibero-americana, mas onde a Colônia também aparece referenciada, mas de modo adjacente. O último e quarto grupo classificatório que propõe o autor (e que diz estar fortemente ligado aos trabalhos do segundo grupo) é o das “histórias de base”, onde o tema central passa a ser o assentamento que aqui nos ocupa. Seus autores são representantes

⁴¹ JUMAR, Fernando. “Colonia del Sacramento, la bibliografía y la creación de las memorias nacionales”. IN: COLÓQUIO INTERNACIONAL TERRITÓRIO E POVOAMENTO – A PRESENÇA PORTUGUESA NA REGIÃO PLATINA, Colônia do Sacramento, Uruguai, 23-26 de março de 2004. *Instituto Camões, Atas eletrônicas*. pp. 1-26. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/coloquios-e-congressos/a-presenca-portuguesa-na-regiao-platina/395-395/file.html>>. Acesso: Abril 2015.

⁴² *Ibidem*, p. 3.

⁴³ *Ibidem*, p. 3.

⁴⁴ Inclui aqui o exemplo de diferentes americanistas tais como Daurin Alden e Vera Lee Brown e de publicações de revistas anglófonas (ver nota 5). JUMAR, Fernando. *Ibidem*, p. 4.

das historiografias argentina, brasileira, uruguaia e também espanhola e portuguesa⁴⁵, que utilizaram, de um modo geral, fontes de origem diplomático e militar, correspondências oficiais, bem como crônicas de contemporâneos.

Os temas, abordados de forma bastante factual, se centram em explicações sobre a origem e o desenvolvimento político e econômico do assentamento (entre sua fundação em 1680 e a permanente conquista da Espanha sobre sua posse em 1777). As disputas pelos limites e pela posse da Colônia, analisados desde o ponto de vista diplomático ou militar (muitas vezes herança das atividades desempenhadas profissionalmente por esses autores), também são tratadas com muita atenção nesses estudos, os quais se focam, por exemplo, nos detalhes das negociações entre espanhóis e portugueses ou das ações militares executadas, na discussão acerca do direito de cada uma das Coroas ibéricas à posse de Sacramento/Banda Oriental. Por trás desses temas, os argumentos e conclusões variam, dependendo da nacionalidade do autor e do modo como Colônia do Sacramento foi analisada segundo as necessidades da historiografia de cada país, ou seja, para explicar e formatar seus relatos de formação nacional, especialmente para o caso das nações americanas.

Por outro lado, Fernando Jumar, de forma mais breve, também aborda a historiografia mais recente acerca de Colônia do Sacramento, escrita desde finais da década de 1980. Aparecem entre os que marcam essa nova forma de contar a Colônia: Hernán Asdrúbal Silva e sua equipe, Emir Reitano, Isabel Paredes, Fabrício Pereira Prado, o próprio Fernando Jumar e, adicionamos, Paulo Possamai, entre outros. Jumar afirma que esses trabalhos dialogam entre si, o que, a nosso entender, em parte se deve à tentativa de deixar de lado as linhas mais nacionalistas, que por tempos definiram a historiografia sobre Sacramento. Passaram a entender esta praça como parte de uma grande região como é a platina, que ocupa parte da Argentina, do sul do Brasil e do Uruguai, antes que estas nações e suas fronteiras fossem estabelecidas, tal qual era no período em que se concentram esses estudos (1680-1777). Terminam, assim, dialogando também com investigações particulares de outros assentamentos ou áreas que também compuseram esse espaço (Buenos Aires, Rio Grande do Sul, etc.).

⁴⁵ Sobre os que trabalharam exclusivamente com Colônia cita, para o caso argentino, José Torre Revello, Ricardo Levene, Emilio Ravnani, Enrique Barba, etc. Para historiografia brasileira, Jonathas da Costa Rego Monteiro, mas também José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco), etc. Para Uruguai, Luis Enrique Azarola Gil, Aníbal Riverós Tula, etc. Já, para o caso português, cita como exemplo Luís Ferrand de Almeida e nós adicionaríamos Jaime Cortesão. Outros autores são relacionados e que trataram de Sacramento em suas obras (em especial aqueles autores de obras de caráter de formação de nação), porém não dedicaram a este assentamento um estudo exclusivo.

Importante papel para o início desta renovação tiveram, segundo Jumar, os trabalhos de Zacarías Moutoukias, em especial sua tese de doutorado⁴⁶, onde analisava o funcionamento dos mecanismos de poder na América colonial. Paralelamente, também foi importante o aporte dos trabalhos de história agrária do Rio da Prata iniciados também nos primeiros anos de 1980, os quais são os primeiros a tentar integrar uma e outra margem do rio, embora Jumar acredite que mais do que um esforço consciente de ruptura com as leituras anteriores, isto tenha sido consequência da utilização de fontes de outras tipologias. De um modo ou de outro, as conclusões de Z. Moutoukias e da história agrária apontavam para novos elementos que serviram de base para novas leituras acerca de Sacramento e sua inserção no Rio da Prata.

Essa renovação do tipo de fontes utilizadas para o estudo da história termina impactando também a historiografia sobre Sacramento. A nova historiografia surgida desde o final dos anos de 1980 irá, então, tentar descobrir e utilizar novas tipologias documentais em seus trabalhos (isto na medida do possível, sendo que para o caso de Colônia a documentação pode ser mais reduzida) e, assim, surgem novas informações acerca da história do assentamento. Outra tendência é a releitura, desde uma nova teoria e metodologia de análise, de fontes já utilizadas e/ou o cruzamento de suas informações com resultados obtidos dos novos documentos estudados. De modo geral, podemos dizer que as novas linhas de pesquisas para o assentamento luso nas margens do Prata seguem as renovações historiográficas pelas quais passaram diferentes campos da história desde 1980, tal como o da história social, e que tiveram consequências em várias temáticas, por exemplo, a história da escravidão⁴⁷. O papel de Sacramento no comércio de escravos africanos na região platina será um dos temas que ganhará bastante atenção.

Nesse processo de tratamento de novos assuntos e metodologias dentro da temática da Colônia foram realizados também estudos demográficos mais profundos. Estes irão, por exemplo, apresentar a realidade populacional da história da praça ao longo do período central (1680-1777) mais detalhadamente, assim como também evidenciarão as consequências demográficas e populacionais da definitiva conquista espanhola. Outra área de renovação são os estudos da economia de Sacramento, que passam a dar conta de diferentes realidades não

⁴⁶ De 1983, mas que tornou-se bastante conhecida nos meios acadêmicos latino-americanos ao final dessa década.

⁴⁷ A historiografia brasileira incluiu, por exemplo, o uso de processos judiciais, com os quais deu atenção, entre outras temáticas, ao cotidiano dos escravos e suas condições de cativo. Já para o caso da historiografia argentina, por exemplo, surgiu o interesse pela discussão sobre a presença de escravos africanos e pela permanência destes nos espaços que atualmente conformam o país. Estes são apenas alguns exemplos para cada um dos países.

abordadas pela historiografia anterior, como é o caso do comércio de escravos. Portanto, vemos que outros elementos de Colônia do Sacramento são evidenciados, indo além de apenas aspectos militares e diplomáticos.

Em *A Colônia do Sacramento: o extremo Sul da América Portuguesa no século XVIII*⁴⁸ Fabrício Pereira Prado estuda o processo de fundação de Colônia e a luta portuguesa por sua manutenção. Explica também o modo com que ocorria a articulação do assentamento luso no Prata com o processo de ocupação portuguesa na América, atentando à relação entre Sacramento e os demais assentamentos portugueses. Prado ainda aborda em seu livro – delimitado temporalmente entre 1680-1753– aspectos demográficos e de desenvolvimento urbano, o modo como ocorreram as atividades comerciais no período (em especial o contrabando) e, baseando-se nas ideias de Moutoukias que já expusemos, da atenção ao envolvimento dos governadores da praça e de suas redes pessoais nestas atividades. Em sua tese de doutorado⁴⁹, Prado continua de modo geral com as mesmas temáticas trabalhadas, mas agora estudando a segunda metade do século XVIII até o ano de 1813. Em ambos os trabalhos, põe luz além dos conflitos diplomáticos e mostra a influência destes nas movimentações econômicas do comércio da praça, dando importância ao tráfico de escravos.

O trabalho de Paulo Possamai⁵⁰ propõe recuperar o dia-a-dia dos habitantes de Sacramento. Em seu prólogo, o autor esclarece que, mesmo tendo em conta que a disputa e tensão entre portugueses e espanhóis pela posse da praça foi elemento decisivo que marcou a vida dos que ali residiam, decidiu fugir dos aspectos políticos e diplomáticos tradicionalmente relatados, para então dar uma abordagem social ao tema. Cada um de seus capítulos está dedicado a um dos grupos sociais que ali conviviam, ou que atuaram de alguma forma nesse cotidiano, dentro ou fora dos muros do assentamento. Fernando Jumar, como já nos referimos na introdução deste trabalho, irá demonstrar o importante papel desempenhado por Colônia do Sacramento no complexo portuário do Rio da Prata.

Com respeito às interpretações historiográficas sobre o contrabando e corrupção na Colônia do Sacramento, o primeiro grupo de historiadores muitas vezes rotulou a praça como “ninho de contrabandistas”⁵¹, como o (e único, poderíamos dizer) ponto na região platina

⁴⁸ PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo Sul... Op. Cit.*

⁴⁹ PRADO, Fabrício. *In the Shadows of Empires:... Op. Cit.*

⁵⁰ POSSAMAI, Paulo César. *Colonia del Sacramento: vida cotidiana durante la ocupación portuguesa*. Montevideo: Torre del Vigía ediciones, 2014.

⁵¹ A expressão utilizada por Capistrano de Abreu pode ser um bom resumo das tendências interpretativas mais clássicas. ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Brasília: Senado Federal,

onde se concentravam os contraventores e foras-da-lei, onde o desvio das normas era regra. Por outro lado, a historiografia mais atual está olhando estas atividades desde outro ponto de vista. Acerca do comércio ilegal e da corrupção, não tratam de discutir se a prática destas atividades foram ou não realidade do assentamento luso no Prata, mas sim buscam problematizar os conceitos, tendendo a analisá-los com base na interpretação proposta por Zacarias Moutoukias, e que aqui dissemos que iremos utilizar.

Uma referência das interpretações anteriores, as que Moutoukias se contrapõe, encontramos em Horst Pietschmann⁵². Este autor, embora analisando a corrupção especificamente no Vice-reino do Novo México, entre os séculos XVI e XVIII, propõe-se a utilizar este exemplo como modelo explicativo para a América espanhola⁵³. Um aspecto principal das ideias de Pietschmann é que concebe a corrupção como um evento sistemático na sociedade colonial, porém, à diferença de Moutoukias, entende esta sociedade como composta por três elementos separados e independentes e, ainda, em conflito, tal como podemos apreender da seguinte explicação: “... la corrupción en América ha tenido carácter de sistema y habrá que explicarla en términos de una tensión más o menos permanente entre el estado español, la burocracia colonial y la sociedad colonial...”⁵⁴. Como vimos, para Z. Moutoukias, esses elementos são interligados na sociedade colonial e conflito entre este de fato não se estabeleceu como propõe Pietschmann.

Para Horst Pietschmann, a corrupção se desenvolve e enraíza na América pela venda de cargos públicos feita pela Coroa espanhola. Gerava-se, segundo afirma, em grande parte pela necessidade daqueles, que haviam sido nomeados, de recuperar os valores gastos para o desempenho da função, tais como o valor da compra, gastos de deslocamento ao destino, etc., especialmente em cargos que não havia remuneração regular. A forma que encontraram para recuperar esses valores foi a prática da corrupção, na que se encontrava o contrabando, tornando-se então realidade sistemática na sociedade americana colonial. Para contrabalançar as perdas que lhe causavam as práticas ilegais de seus funcionários na América, a Coroa espanhola termina por vender cargos e ofícios públicos de tipo que até então não haviam sido incluídos nesta prática.

edições eletrônicas, [s.d]. (Biblioteca básica brasileira). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000030.pdf>>. Acesso: Maio 2015. p. 186. Cap. X.

⁵² PIETSCHMANN, Horst. “Burocracia y corrupción en hispanoamérica colonial. Una aproximación tentativa”. IN: *Nova Americana*. Torino, n. 5, pp. 11-37, 1982.

⁵³ Embora o autor atenha-se menos ao século XVIII, que é o que trabalhamos, ele chega à conclusão de que, mesmo que os Bourbons tenham modificado aspectos do Estado espanhol com respeito à época dos Habsburgo, em especial com as “reformas bourbônicas”, a prática da corrupção permaneceu.

⁵⁴ PIETSCHMANN, Horst. *Op. Cit.*, p. 31

Para Pietschmann, a venalidade dos cargos é entendida como causa e efeito da corrupção e do contrabando. A seu entender, a venalidade enfraqueceu em dois pontos o poder da monarquia espanhola na América: por um lado, permitiu o acesso à administração americana de grupos das oligarquias locais; por outro lado, aumentou a corrupção. No entanto, quando Pietschmann está vendo a corrupção como elemento de enfraquecimento do poder da Coroa, Moutoukias a vê como uma consequência da forma como a sociedade estava estruturada –a partir de redes de relações pessoais– porém necessária para a consolidação do poder da Metrópole nas colônias americanas, tal qual já nos referimos.

A historiografia atual, quando se trata de corrupção e contrabando, tende a basear-se no conceito de Z. Moutoukias tanto para analisar assentamentos espanhóis no Rio da Prata como para Colônia do Sacramento. A prática de estruturação social em redes de relações pessoais se vê presente nos assentamentos sob domínio de ambas as Coroas ibéricas e inclusive, como veremos, terminam por unir uma margem a outra do rio. Pode-se dizer que estas redes de relações são as bases para as interações socioeconômicas, que estruturaram os circuitos formadores do complexo portuário rioplatense a nível regional no caso das relações Buenos Aires-Colônia-Montevideú (e demais assentamentos menores), mas também nos seus demais níveis. O complexo portuário, conceito elaborado por Fernando Jumar e que já explicamos aqui, também faz parte do conjunto de novas abordagens que se fazem de Sacramento e da região platina.

Concluimos que, embora as análises da segunda geração difiram em alguns pontos e formas de leituras da primeira geração, não consideramos que se devam ignorar os estudos que a precederam e que lhes foram necessários para chegar onde hoje se encontra. Muitas das questões expostas e tratadas até o final da década de 80 ainda são importantes hoje, para a compreensão do que foi este “enclave” português no Prata durante seus quase cem anos de existência. Propomos, então, continuar com uma breve recopilação do contexto histórico de Sacramento até 1766, fazendo dialogar autores que podem se enquadrar teoricamente tanto na primeira como na segunda geração.

1. O contexto geral da Colônia do Sacramento

Fundada em janeiro de 1680, às margens do Rio da Prata, em frente à Buenos Aires, Colônia do Sacramento foi a conclusão de uma tarefa atribuída a D. Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro. Para Fabrício Pereira Prado a fundação de Colônia do Sacramento deve ser entendida em um contexto mais geral, onde Portugal havia posto em prática uma política de expansão sobre o continente americano que se orientava para diferentes direções. Esta se caracterizava pela ocupação de novos espaços e territórios e, assim, pela alteração das fronteiras existentes e a formação de novos assentamentos permanentes. Desse modo, Sacramento é apenas mais uma consequência de um processo mais amplo que se iniciou na segunda metade do século XVII e se estendeu durante o século XVIII⁵⁵, tomando diversas direções para o interior do continente americano.

O mesmo autor nos aponta que a expansão que tomou rumo para o sul (inicialmente não se afastando muito da costa) foi levada a diante por duas frentes de colonização. Uma delas tinha como ponto de início a vila de São Vicente e, a outra, principiou no Rio de Janeiro, sendo esta última encarregada de fundar Colônia em 1680⁵⁶. Embora não tenha sido o único assentamento originado da frente fluminense, Sacramento foi, no entanto, por bom tempo o único e de significativa importância na região (outras tentativas viriam, mas apenas a partir de 1723). Dessa forma, a praça platina ficou vinculada administrativa, política e economicamente à cidade fluminense, assim como todos os novos assentamentos de ambas frentes, em relação à sua “cidade de origem”, posto que foram resultado do esforço promovido pelas elites destas cidades, resposta aos seus interesses. Assim, e enquanto resultado de uma política imperial portuguesa, a expansão foi resultado de “... um conjunto de medidas articuladas, reflexo de interesses profundamente imbricados, complementares em diversos fatores, de grupos luso-brasileiros e da Coroa portuguesa.”⁵⁷

Além do aspecto colonizador, outro aspecto que Prado diz determinar cada uma destas duas frentes de avanço português era que, se comparados, os assentamentos vicentinos tenderam a assumir desde a origem um caráter de ocupação efetiva com a instalação de grupos povoadores e incentivando o maior aproveitamento da produção e dos recursos

⁵⁵ PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento...*, pp. 35-58.

⁵⁶ PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento...*, p. 35. Esclarecemos que não nos preocuparemos aqui em detalhar-nos acerca da frente de avanço vicentina, já que o foco de nossa análise é Colônia, nos concentraremos apenas na frente fluminense. Apenas comentaremos aqueles elementos vicentinos que nos pareçam pertinentes quando o contexto de nosso relato assim o requerer.

⁵⁷ PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento...*, p. 36.

econômicos locais. Por outro lado, os assentamentos de origem fluminense tenderam, ao menos em seus primeiros tempos, a adquirir caráter comercial/militar, tal como ocorreu com Colônia do Sacramento⁵⁸. No entanto, apesar destas diferenças, para o autor as duas frentes de expansão atuavam articulada e complementarmente neste projeto colonial mais amplo⁵⁹.

Importante motivação para o início deste processo, motor de ambas as frentes, foi a tentativa de encontrar formas de acesso a metais preciosos devido à necessidade da Coroa portuguesa e das elites brasileiras de superar a crise econômica que atravessava na época, originada em grande parte pela pouca disponibilidade de metálico, segundo sustenta F. Prado baseando-se nas explicações de Charles Boxer⁶⁰. Já mais especificamente para o caso da frente fluminense, e seu projeto de fundação de Sacramento, são citados alguns motivos que se vinculam diretamente aos interesses da elite que a empreendeu e pelo papel que estes grupos desempenhavam no Brasil colonial da época⁶¹.

Assim, Prado explica que a fundação da Colônia do Sacramento materializou a tentativa de reativar a lucrativa via comercial que conectava o Rio de Janeiro com a região do Rio da Prata. Dito vínculo teve seu auge de atividade durante a União Ibérica (1580 a 1640), quando Portugal e as elites fluminenses tinham acesso à prata de Potosí que chegava a Buenos Aires, através de comerciantes luso-brasileiros, oficial e legalmente instalados na cidade e com os quais o Rio de Janeiro tinha fortes ligações. Esta rota comercial foi cortada pelos espanhóis com o término do vínculo entre as Coroas e, com Sacramento, Portugal tentava recuperar sua posição no Rio da Prata⁶².

A necessidade monetária também é apontada por Rafael Valladares como motivação essencial para a fundação de Colônia. Para o autor, a crise tinha, por um lado, parte de sua

⁵⁸ PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo Sul... Op. Cit.*, pp. 42-44.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 44.

⁶⁰ Citado por PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo Sul... Op. Cit.*, p. 39. Como dissemos antes, estamos aqui apenas relatando o avanço em direção ao sul, pela costa atlântica. Paralelamente a este, expedições partiram em outros sentidos, como por exemplo, desde São Vicente para o oeste, ao centro do continente americano. Alguns grupos puderam encontrar minas de pedras e metais preciosos nas regiões que depois ficariam conhecidas como Minas Gerais, Mato Grosso ou Goiás, por exemplo, e que conformariam um importante complexo minerador para Portugal no século XVIII. Sobre o assunto ver: MAURO, Frédéric. "Portugal y Brasil: estructuras políticas y económicas del imperio, 1580-1750". IN: BETHELL, Leslie (Ed.). *Historia de América Latina*. Barcelona: Editorial Crítica, 1990. pp. 127-149. Cap. 4. Vol. 2: "América Latina colonial: Europa y América en los siglos XVI, XVII, XVIII.". Também: SCHWARTZ, Stuart B. "Brasil colonial: plantaciones y periferias, 1580-1750". IN: BETHELL, Leslie (Ed.). *Historia de América Latina*. Barcelona: Editorial Crítica, 1990. pp. 191-259. Vol. 3: "América Latina colonial: economía".

⁶¹ PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo Sul... Op. Cit.*, p. 42.

⁶² PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo Sul... Op. Cit.*, pp. 39-40. Para mais informação sobre o tema ver, por exemplo, o clássico estudo de Alice Piffer Canabrava. CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo: Itatiaia, 1984.

origem nos elevados gastos de guerra de Portugal contra Espanha, pela sua separação e independência e, por outro lado, pela situação interna de Portugal desde 1677, durante a chamada “década trágica”⁶³. A solução para a crise nos territórios portugueses na América foi então a busca de minas de metais e pedras preciosas –neste contexto se descobrem as Minas Gerais– e as tentativas de reativar o comércio com a América espanhola⁶⁴. Outros autores apontam, ainda, que também foi significativo o interesse nos rebanhos da denominada vacaria do mar da Banda Oriental, especialmente com vistas nos produtos que deles se poderia obter⁶⁵.

A fundação de Colônia provocou imediata oposição da Coroa da Espanha, que terminou por enfrentar Portugal, diplomática, política e militarmente, desde 1680 até 1777, quando conseguiu obter o domínio da praça de forma permanente. Assim, apenas sete meses após a instalação portuguesa, em agosto de 1680, se organizou desde Buenos Aires um ataque ao novo assentamento, conseguindo tomá-la para seu poder. O conflito foi resolvido por um armistício assinado em maio de 1681, que ficou conhecido por *Tratado Provisional de Lisboa*. O documento determinava o retorno da Colônia a mãos portuguesas (fato que só ocorreu efetivamente em 1683), porém, com algumas restrições comerciais e de exploração dos recursos locais para seus residentes lusos. No entanto, como o próprio nome do documento diz, este somente valeria até uma solução definitiva para a disputa, com o que Espanha contava que a entrega fosse temporária e que logo se chegasse a um acordo definitivo e a seu favor, o que, no entanto, não foi o que ocorreu⁶⁶.

No ano de 1705, durante a Guerra de Sucessão Espanhola, tropas hispânicas atacaram novamente o assentamento português, mantendo-a em seu domínio por dez anos. Esta nova devolução ocorreu em 1715, quando entrou em vigor um novo acordo entre Espanha e

⁶³ Estamos nos referindo à conhecida em Portugal como Guerra de Restauração (1640-1668). “Década trágica”, explica Valladares, foi um período de péssimas colheitas, epidemia de peste e agravamento da crise, iniciada em 1677. VALLADARES, Rafael. “Los conflictos luso-españoles en torno a Brasil bajo Carlos II (1668-1700)”. IN: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA SOBRE EL TRATADO DE TORDESILLAS Y SU ÉPOCA, Setúbal, 1994. *El tratado de Tordesillas y su época*. Valladolid: Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1995. pp. 1465-1476. Vol. III. p. 1466.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 1466. O autor ainda ressalta que outras medidas também foram tomadas por Portugal na península Ibérica.

⁶⁵ ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973. p. 102.

⁶⁶ VALLADARES, Rafael. *Op. Cit.*, p. 1468. Ver também: MONTEIRO, Rodrigo Borges. “Nas fronteiras do Antigo Regime: A Colônia do Sacramento no século XVIII.” IN: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES, 2005, Lisboa. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, 2005. pp. 1-16. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/rodrigo_borges_monteiro.pdf>. Acesso: Março 2015. p.4.; LUCENA GIRALDO, Manuel. *Op. Cit.*, p. 1613.

Portugal a respeito do impasse sacramentino, consequência da Paz de Utrecht⁶⁷. Com este tratado, Portugal (aliado aos britânicos durante o conflito sucessório) conseguiu, além de outros benefícios, recuperar Colônia do Sacramento⁶⁸. No entanto, não poderiam aumentar o espaço físico da praça e, portanto, estavam impedidos de estender sua presença na Banda Oriental para além da distância de um tiro de canhão lançado desde a sua fortificação⁶⁹.

Em 1735, vinte anos após a restituição de Colônia aos portugueses pela Paz de Utrecht, o assentamento volta a ser cenário de disputa entre as duas Coroas ibéricas. Entre outubro de dito ano e setembro de 1737, Espanha manteve um estrito sítio à Colônia, que apenas foi levantado após a assinatura do chamado Armistício de Paris. Embora este documento tenha posto fim ao sítio em si, instaurou-se sobre Sacramento um *Bloqueio* terrestre, que durou desde esse momento até o final do domínio luso, em 1777⁷⁰. O bloqueio significou a imposição de um controle das tropas de Buenos Aires para que os habitantes da praça portuguesa não utilizassem a campanha Oriental, como faziam até então, quando saíam livremente de seus muros para a campanha em busca de produtos para abastecimento e para o comércio⁷¹. Assim, instalou-se na distância do tiro de canhão, que em Utrecht se havia

⁶⁷ Alguns autores analisam o desenvolvimento do conflito, as negociações e os acordos estabelecidos entre portugueses e castelhanos a respeito dos limites na América do século XVIII como fortemente vinculados e resultado das políticas de cada uma das metrópoles que, por sua vez, estavam determinadas ainda pela política internacional da época. Deste modo, estas relações estiveram marcadas pelo vínculo e pela posição que cada uma das Coroas ibéricas ocupou a respeito dos dois blocos antagônicos de potências, que se formou na Europa a partir do conflito de Utrecht. Por um lado, Portugal e Reino Unido, ligadas por acordos econômicos e de cooperação, que terminam por ajudar a manter o domínio português sobre Colônia por aproximadamente oitenta anos. Por outro, Espanha e França, vinculadas por uma série de Pactos de Família assinados pela casa real dos Bourbons ao longo do século XVIII. Ver, por exemplo: SANZ TAPIA, Ángel. *El final del Tratado de Tordesillas: La expedición del virrey Cevallos al Río de la Plata*. Valladolid: Junta de Castilla y León, Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1994.; MARTÍNEZ MARTÍN, Carmen. “La Frontera del Virreinato del Río de la Plata con Brasil: un polémico legado del reinado de Carlos IV (1787-1808)”. IN: NAVARRO AZCUE, Concepción; AMADORI, Arrigo; LUQUE TALAVÁN, Miguel (Coords.). *Una crisis atlántica: España, América y los acontecimientos de 1808*. Madri: Universidad Complutense de Madrid, Asociación Española de Americanistas, 2010. pp. 267-286.

⁶⁸ COUTO, Jorge. “O Tratado de Limites de 1750 na perspectiva portuguesa”. IN: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA SOBRE EL TRATADO DE TORDESILLAS Y SU ÉPOCA, Setúbal, 1994. *El tratado de Tordesillas y su época*. Valladolid: Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1995. pp. 1593-1610. Vol. III. p. 1595; PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo Sul...* *Op. Cit.*, p. 93; SANZ TAPIA, Ángel. *El final del Tratado...* *Op. Cit.*, p. 18; NAVARRO GARCÍA, Luis. *Hispanoamérica en el siglo XVIII*. 4ª edição (corrigida e aumentada). Sevilla: Universidad de Sevilla, 2012. p. 49 e p. 153.

⁶⁹ PRADO, Fabrício. *In the Shadows of Empires...* *Op. Cit.*, p. 48. POSSAMAI, Paulo César. “De núcleo de povoamento à praça de guerra: a Colônia do Sacramento de 1735 a 1777”. IN: *Topoi*, Revista de História, Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, pp. 23-36, julho/dezembro 2010. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi21/Topoi21_02_Artigo2.pdf>. Acesso: Março 2015. p. 24.

⁷⁰ POSSAMAI, Paulo César. “De núcleo de povoamento...” *Op. Cit.*

⁷¹ Utilizavam os terrenos ao redor do assentamento como espaço de produção agrícola e se internavam na campanha para buscar lenha, caçar rebanhos de gado, etc. PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo Sul...* *Op. Cit.*, p. 122 e seguintes. Também, p. 141.

estabelecido, um posto de guarda permanente, que foi denominado *Real de San Carlos*⁷² e entre este e Colônia considerou-se *espacio neutro*. Esta medida foi efetiva ao conter o avanço português na costa do Rio da Prata, evitando o surgimento de novos assentamentos naquele espaço⁷³. É neste contexto de bloqueio que, em 1766, ocorrem os acontecimentos narrados na fonte que aqui estamos analisando e, portanto, voltaremos mais adiante com este tema.

Desde 1494 até 1750 nenhum acordo de limites efetivo foi assinado entre as Coroas de Espanha e Portugal, mas foi na metade do século XVIII quando se efetivou a primeira tentativa diplomática concreta, com a assinatura do que ficou conhecido como *Tratado de Madri*. Este documento discutiu a temática, tentando buscar uma solução real e permanente para os problemas de limites e domínios entre as duas coroas ibéricas⁷⁴. As discussões dos termos do acordo iniciaram-se em 1746 e foram necessários vários anos até que em 14 de janeiro de 1750 fosse assinado o documento definitivo. Estipulava a anulação de todos os tratados e acordos militares, referentes ao problema, assinados até então (o Tratado de Tordesilhas, o Provisional de Lisboa, as estipulações de Utrecht...) e este novo documento se tornava o único regulador dos limites entre os domínios das duas Coroas⁷⁵.

Especificamente acerca dos limites na América meridional e na região do Rio da Prata, ficou pactuado que Portugal cederia a posse de Colônia do Sacramento e da campanha próxima. Por sua parte, Espanha aceitaria a presença portuguesa nas margens leste dos rios Paraguai e Paraná (região do Rio Grande), assim como se comprometia a entregar as terras do lado oriental do rio Uruguai aos lusos. Esta concessão significava que sete das trinta missões jesuíticas, além das estâncias de outras três, que se encontravam na outra margem do rio, passariam a domínio português. Nesse novo tratado, diferentemente do documento de Tordesilhas, foi aplicado como regra geral o princípio de *Uti possidetis* (e desde então seria usado nos acordos que se seguiram), o que significava que cada Coroa mantinha os territórios já ocupados, priorizando também as fronteiras naturais⁷⁶. Fernando Jumar aponta, ainda, que a

⁷² Campo de Bloqueio é como usualmente é chamado em português, pela historiografia.

⁷³ PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo Sul... Op. Cit.* Podemos apontar, como exemplo desta intenção, a tentativa lusa de fundação de um assentamento, em 1723, na atual localização de Montevidéu.

⁷⁴ Impasses que, esclarecemos, não se restringiam apenas à região da América que aqui estudamos, mas também ocorriam em outras partes de ambos impérios.

⁷⁵ COUTO, Jorge. *Op. Cit.*, p. 1600; MONTEIRO, Rodrigo Borges. *Op. Cit.*, pp. 7-8; LUCENA GIRALDO, Manuel. *Op. Cit.*, p. 1619.

⁷⁶ COUTO, Jorge. *Op. Cit.*, pp. 1599-1600; MONTEIRO, Rodrigo Borges. *Op. Cit.*, p. 8; NAVARRO GARCÍA, Luis. *Op. Cit.*, p. 69; SANZ TAPIA, Ángel. “La delimitación definitiva de Tordesillas: el Tratado de San Ildefonso (1777)”. IN: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA SOBRE EL TRATADO DE TORDESILLAS Y SU ÉPOCA, Setúbal, 1994. *El tratado de Tordesillas y su época*. Valladolid: Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1995.

este princípio vinha associado outro, o de “justo equivalente”, o que implicava na ideia de que a entrega de um território ocupado somente seria aceita mediante a recepção de outro espaço igualmente conveniente àquela Coroa. Argumentos que fazem alguma referência a este princípio aparecem em nossa fonte⁷⁷.

Ressalta-se que o Tratado de Madri e suas disposições foram resultado de um contexto político favorável e bastante particular. Pelo lado espanhol, vincula-se à coroação de Fernando VI de Bourbon (1746) e à consequente mudança da política internacional praticada pela Coroa castelhana. Buscou-se neutralidade a respeito dos conflitos entre as potências europeias, bem como se tentou solucionar aqueles em que a Espanha estava imersa⁷⁸. Assim, o início das negociações do tratado eram também uma tentativa de aproximação com Portugal⁷⁹ e aproveitamento do esfriamento, naquele momento, das relações entre Lisboa e Londres. Com este movimento, Espanha buscava um meio de conseguir definir os limites de seus domínios no Rio da Prata, eliminando ao máximo a presença lusa no local.

Pelo lado português, ressalta-se o mesmo desejo de negociação: se tentava com o tratado dar solução ao conflito, porém, desde que Espanha aceitasse as posições lusas ocupadas, especialmente no Prata⁸⁰. No entanto, no que respeitava especificamente à Colônia do Sacramento, as opiniões na Corte de Lisboa eram divididas, cada uma marcando caminhos diferentes para dar continuidade à política de expansão lusa. Por um lado, estavam os que defendiam cedê-la definitivamente em troca de garantir o avanço na região amazônica (mantendo ainda as posições no Rio Grande) e, por outro lado, os que acreditavam que se deveria lutar por Sacramento, e a necessidade dela estar em mãos da Coroa portuguesa⁸¹. Os partidários da primeira linha de opinião sustentavam que já não havia vantagens para Portugal seguir disputando a posse de um posto como Colônia, que já não era tão rentável para os gastos que proporcionava sua manutenção; se deveria, então priorizar a posse da região

pp. 1653-1685. Vol. III.; MENZ, Maximiliano Mac. *Entre dois impérios: formação do Rio Grande na crise do antigo sistema colonial (1777-1822)*. São Paulo: USP, 2006. Tese (Doutorado em História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11072007-110304/>>. Acesso: Maio 2015. p. 35.

⁷⁷ Ver: BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, Parágrafos 1 e 2, pp. 1-2. Idem, Discurso 1º, Parágrafo 13, p. 11.

⁷⁸ COUTO, Jorge. *Op. Cit.*, p. 1597. Recordamos, as negociações do tratado de Madri se iniciam em 1746, mesmo ano de coroação de Fernando VI.

⁷⁹ O fato de o monarca espanhol estar casado com Dona Maria Bárbara de Bragança, filha de Dom João V de Portugal é apontado por Luis Navarro Garcia como um fator a ser levado em conta. NAVARRO GARCÍA, Luis. *Op. Cit.*, p. 69.

⁸⁰ COUTO, Jorge. *Op. Cit.*, pp. 1597-1598.

⁸¹ MENZ, Maximiliano Mac. *Op. Cit.*, pp. 34-35 e seguintes; MONTEIRO, Rodrigo Borges. *Op. Cit.*, pp. 5 e seguintes.

amazônica, onde viam riquezas em potencial⁸². Foi esta posição a que terminou por triunfar nas estipulações finais do Tratado de 1750, entregou-se Sacramento em troca da manutenção dos assentamentos na região do Rio Grande⁸³.

A aplicação do tratado foi dificultosa e enfrentou vários problemas. Por um lado, é conhecida a oposição dos indígenas missioneiros e dos padres jesuítas ao tratado, já que não aceitavam a mudança das sete missões que deveriam ser transferidas para a margem oeste do rio Uruguai (correspondente, conforme o documento, à Espanha) e resistiram à mudança⁸⁴. A forte e articulada oposição guaraníca teve como resposta uma intervenção militar conjunta das Coroas, porém, as tropas luso-espanholas só conseguiram desarticular a resistência missioneira em 1756⁸⁵. Por outro lado, devido a divergências internas no governo português com respeito às disposições do Tratado, os trabalhos das comissões de demarcação, responsáveis por indicar *in loco* por onde passaria a linha divisória, sofreram vários entraves políticos⁸⁶.

A comissão que atuaria na região da Banda Oriental iniciou seus trabalhos com quase dois anos de atraso e, assim, passados quase dez anos, pouco e com muita dificuldade havia avançado. Favoreceu a estas dificuldades a chegada ao trono de Carlos III de Bourbon (1759-1788), que também era contrário às disposições do Tratado de Madri. Com isso, pelo lado espanhol “faltaban ya los valedores de aquel acuerdo”⁸⁷. Ficou evidente, então, que não seria possível pôr em prática as determinações do documento de Madri e, em 1761, foi anulado

⁸² Sustentavam esta ideia com o argumento de que Colônia era alvo de constantes ataques espanhóis, o que gerava muitos gastos. Estes argumentos estavam corroborados pelo fato de que em 1750 a praça se encontrava há aproximadamente quinze anos sob Bloqueio das tropas de Buenos Aires.

⁸³ “... preferiu trocar uma posição estratégica da maior importância que possibilitava o acesso à rede hidrográfica platina, propiciando, também, a obtenção de prata e couros platinos, mas cuja manutenção implicava elevados custos políticos, diplomáticos, militares e financeiros, pelo reconhecimento da soberania e pelas potencialidades económicas do [sic] Amazônia e do Centro-Oeste, pelas ligações de São Paulo com o Paraná para exploração das minas, pelas riquezas pecuárias do Rio Grande de São Pedro, pela margem oriental do Uruguai e pelo litoral até Castilhos Grandes no Rio Grande do Sul.” COUTO, Jorge. *Op. Cit.*, p. 1600.

⁸⁴ NAVARRO GARCÍA, Luis. *Op. Cit.*, pp. 69-70; COUTO, Jorge. *Op. Cit.*, pp. 1602 e seguintes.

⁸⁵ O maior enfrentamento ficou conhecido como batalha de Caibaté, ocorrida em 10 de fevereiro de 1756. NAVARRO GARCÍA, Luis. *Op. Cit.*, p. 70; COUTO, Jorge. *Op. Cit.*, p. 1609.

⁸⁶ Ainda, foram constantes as paralisações dos trabalhos e as discussões as autoridades portuguesas e espanholas respeito ao ponto exato onde deveria ser traçada a linha divisória, além de outros elementos de travas. NAVARRO GARCÍA, Luis. *Op. Cit.*, p. 70. GIRALDO, Manuel. “El Tratado de Límites de 1750 desde la perspectiva española”... p. 1624.

⁸⁷ NAVARRO GARCÍA, Luis. *Op. Cit.*, p. 70. O autor se refere àqueles que desde o governo espanhol haviam estruturado o documento e sua política de busca de soluções para o problema de limites. Dauril Alden possui argumentos semelhantes: “The news from America strengthened sentiment in Spain for the abandonment of the treaty. The death of Carvajal (1754), Queen Maria Bárbara (1758), and Ferdinand VI (1759) had removed the treaty’s chief supporters in Spain; and the new monarch, Charles III (1759-1788), never had looked upon it with favour.” ALDEN, Dauril. *Royal government in colonial Brazil: with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1968. p. 94. Carvajal é José de Carvajal y Lancaster, secretario de Estado e encarregado das negociações do Tratado.

pelo *Tratado de El Pardo*. Este novo acordo estipulava que tudo o que se havia feito perdia validade e os limites e domínios de cada uma das coroas ibéricas voltaria ao estado anterior a 1750⁸⁸. Para Dauril Alden, o documento de 1761 significou uma admissão tácita, por parte dos poderes ibéricos, da incapacidade de se chegar a um acordo pacífico para as disputas territoriais existentes⁸⁹.

No ano de 1762, as tropas portenhas comandadas por Pedro de Cevallos atacam Sacramento no contexto da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), à qual Espanha havia aderido no mesmo ano de El Pardo. Essas mesmas tropas, após tomarem a praça portuguesa no Prata, seguem direção nordeste e, em 1763, conquistam os fortes de Santa Teresa e São Miguel (nas proximidades da Lagoa Mirim) e, em seguida, a vila de Rio Grande, pretendendo seguir rumo ao norte para Santa Catarina. A campanha militar somente é detida pelo final da guerra na Europa e os acordos de paz consequentes, o Tratado de Fontainebleau (1762) e o Tratado de Paris (1763)⁹⁰. Com algumas diferenças de redação, ambos tratados incluíram uma cláusula referente ao conflito de limites nos territórios de além-mar⁹¹, com o que Portugal conseguiu, pelo documento de Paris, que Colônia voltasse a suas mãos. Este foi, porém, o único dos territórios obtidos por Cevallos na recente empreitada militar que entrou em negociação⁹².

⁸⁸ SANZ TAPIA, Ángel. *El final del Tratado... Op. Cit.*, p. 19; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “A fronteira dos Impérios: conexões políticas, conflitos e interesses portugueses na região platina.” IN: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES, 2005, Lisboa. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, 2005. pp. 1-10. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/maria_fernanda_bicalho.pdf>. Acesso em: Abril 2015. p. 3.

⁸⁹ ALDEN, Dauril. *Op. Cit.*, p. 95.

⁹⁰ *Ibidem*, pp. 94-96 e 98; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Op. Cit.*, p. 5.

⁹¹ Alden explica que estas diferenças se devem a que o documento de 1762 possuiu caráter preliminar e o de 1763, caráter definitivo. Embora as cláusulas de limites tenham sido incluídas, na Europa não se tinha conhecimento do que se passava na Banda Oriental e Rio Grande quando da assinatura dos documentos. O Artigo XXI do Tratado de Paris dizia que os territórios de além-mar ocupados durante a guerra deveriam retornar às condições em que se encontravam e em conformidade com os tratados vigentes antes do conflito. ALDEN, Dauril. *Op. Cit.*, p. 99.

⁹² Os fortes jamais voltariam e ainda seriam sempre reconhecidos como de posse espanhola nos tratados futuros. Jonathas Rego Monteiro afirma que Cevallos se negou a entregar Rio Grande, vila que voltaria aos lusos apenas em 1776. Dauril Alden explica que esta negativa se justifica pela interpretação de Cevallos e da Coroa de Espanha da cláusula dos tratados de paz da Guerra dos Sete anos, mas, acima de tudo, se deve à intenção da política de Carlos III de terminar com a presença portuguesa no Prata. Entendiam que para isso a posse de Rio Grande era importante para a defesa da Banda Oriental. MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*. Porto Alegre: Globo, 1937. Vol. 1, p. 424; ALDEN, Dauril. *Op. Cit.*, pp. 99-101; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Op. Cit.*, pp. 3-5; SANZ TAPIA, Ángel. “La delimitación definitiva... *Op. Cit.*, pp. 1655-1656.

Para vários autores estes acontecimentos marcam a política espanhola do recém coroado Carlos III (1759) no que se refere ao conflito pelos limites do Império⁹³.

É a política de Carlos III a que estará vigente ao tempo que se escreve a fonte que aqui analisamos e é a situação pós 1762 que estará marcando a realidade de Sacramento. A tentativa de excluir os portugueses da Banda Oriental e de reconquistar Rio Grande (zona entendida como espanhola e limite para o avanço português nesta região americana) eram elementos que haviam se tornado importantes na política do novo rei⁹⁴. Em 1766 Colônia do Sacramento segue em mãos portuguesas (desde 1763) e a sua situação em disputa, bem como a dos limites entre domínios espanhóis e portugueses em vários pontos dos impérios (inclusive no Rio da Prata), seguem pendentes de resolução. Embora, para o ano que estamos trabalhando, Dauril Alden relate um momento de aproximação das Coroas ibéricas, esta cordialidade não durará muito⁹⁵. O autor afirma que apesar do diálogo amistoso, Lisboa não desistirá de seus interesses na região platina⁹⁶. Para 1766, cremos ser possível dizer que tanto a Coroa espanhola como o documento analisado de autor anônimo estão interessados em encontrar maneiras de eliminar o “problema Sacramento”.

A solução definitiva somente ocorrerá em 1777, quando outra campanha militar comandada por Cevallos, novamente teve como alvos Sacramento, Rio Grande (que tinha voltado para os portugueses em 1776) e Santa Catarina. Suas tropas somente conseguem atacar e conquistar o primeiro e o terceiro assentamento que comentamos, pois são detidas por um acordo diplomático de paz em 1777⁹⁷. Parte desta vitória espanhola também é atribuída à desistência de Lisboa, desde 1776, em defender a praça portuguesa das margens do Prata, o que implicou na redução de envio de suprimentos, soldos e tropas desde o Rio de Janeiro, deixando Sacramento em precária situação⁹⁸. Imediatamente depois da paz, seria assinado um tratado preliminar de limites, conhecido como *Tratado de São Ildefonso*, onde, entre outras disposições, ordenaria a permanência de Colônia com a Coroa espanhola. Desde essa data, Sacramento não voltou a mãos portuguesas até 1814.

⁹³ ALDEN, Dauril. *Op. Cit.*, pp. 99 e seguintes; MARTÍNEZ MARTÍN, Carmen. *Op. Cit.*, p. 267; SANZ TAPIA, Ángel. *El final del Tratado...* *Op. Cit.*, p. 19.

⁹⁴ ALDEN, Dauril. *Op. Cit.*, pp. 99-104.

⁹⁵ *Ibidem*, pp. 106-115.

⁹⁶ *Ibidem*, pp. 113-114. Mesmo que Alden não afirme, nos parece que Madri também não deva ter mudado suas posições: a pesar dos pedidos de Lisboa, Madri se negará a levantar o bloqueio a Colônia do Sacramento.

⁹⁷ NAVARRO GARCÍA, Luis. *Op. Cit.*, p. 169; SANZ TAPIA, Ángel. “La delimitación definitiva...” *Op. Cit.*, p. 1682; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Op. Cit.*, p. 9.

⁹⁸ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *Op. Cit.*, pp. 431-434.

CAPÍTULO 2 – O comércio ilegal no Rio da Prata

O primeiro dos discursos, intitulado “Sistema de la Colonia del Sacramento”, é talvez um dos mais importantes para este trabalho. Está dividido em 13 parágrafos numerados, em que o autor apresenta seu objeto de análise, a Colônia do Sacramento. A praça é descrita como resultado de uma sucessão de abusos portugueses, em especial respeito a tratados assinados entre as duas coroas ibéricas. Assim, Sacramento é a materialização do avanço para além da linha estabelecida no documento de Tordesilhas de 1494, ou seja, o estabelecimento de um assentamento em terras que correspondiam a Espanha e, ainda, nas proximidades de importantes assentamentos e postos hispânicos⁹⁹. Mas a praça é também descrita como resultado do não cumprimento português das disposições de Utrecht, quando Colônia retornou à posse portuguesa a contragosto espanhol, porém,

... bajo la condición de que la había de mantener como Presidio, y no como Plaza de Comercio de que se ha desentendido Portugal y hecho lo contrario, abusando del mismo Tratado, así en asunto a Comercio como en fortificación, pues debía tenerla en el mismo grado que en el que entonces estaba para ofender y defender [...] y la Plaza ha subsistido [sic] y *subsiste en diferente modo de fortificación que al tiempo del Tratado de Utrech* [sic] y *con giro de Comercio clandestino* que le es prohibido por el mismo tratado.[grifo nosso]¹⁰⁰

Assim o autor de nossa fonte apresenta as atividades a que se dedicava Colônia do Sacramento e qual era sua função, estando posicionada onde está. É esta situação que pretende denunciar com detalhes em todo seu escrito, pelas perdas que o anônimo crê produzir à Coroa de Espanha. Depois do trecho que citamos, dedica do terceiro ao sexto parágrafo¹⁰¹ para descrever a situação física de Sacramento em sua época: o terceiro, o quarto e o quinto parágrafos foram dedicados à descrição da, segundo o autor, precária estrutura militar existente, assim como à constituição e defesa do forte; o parágrafo sexto da conta das construções internas às muralhas.

⁹⁹ “... por irse extendiendo la de Portugal en los propios Dominios de aquella [Monarquía Española], sin otro legítimo derecho, que el que por sí se tenía, bajo de cuya regla se estableció el siglo pasado en la costa septentrional del Río de la Plata [...] se hizo fuerte o defensible a nuestras fuerzas, fundando una Plaza o Colonia, con el nombre de Sacramento, la cual hace frente a nuestros Dominios contiguos de tierra firme por las partes del Norte y por la del Sur al mismo Río y Costa Meridional de él, siguiendo de su capital Buenos Aires diez leguas al Ler-nordeste de la Ensenada de Barragán, ocho al Norte, cuarta al Nordeste y de Punta de Lana [Punta Lara] siete a el Nordeste y del amarradero que llaman de la ciudad que de donde comunmente anclan los Navíos Españoles que navegan a Buenos Aires...” BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, Parágrafo 1º, p.1.

¹⁰⁰ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, Parágrafo 2, p. 2.

¹⁰¹ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, pp. 2-4.

Sua intenção principal aqui é mostrar a debilidade da defesa e ofensiva militar de que a dita praça militar era capaz, para assim provar seu ponto de vista de que a principal função de Colônia era, na verdade, ser um entreposto comercial. Sobre este aspecto, insiste repetidas vezes ao longo do primeiro discurso e, ainda, responsabiliza Sacramento por estabelecer comercio, a seu ver clandestino, com os domínios da Coroa de Espanha. Recordemos ainda que o assentamento português no Rio da Prata nunca chegou a ser elevada a vila¹⁰², não possuindo Câmara, e que, portanto, toda a autoridade recaía na figura do Governador, chefe político e militar, tal como um entreposto militar deveria ser. Assim, podemos pensar que esta insistência do anônimo em demonstrar que de caráter militar Colônia tinha pouco, estava relacionada, primeiramente, a demonstrar que Portugal não estava cumprindo as estipulações de Utrecht¹⁰³.

De fato, no parágrafo sétimo, o autor nos apresenta mais dados para sua justificativa, sendo mais direto desta vez. Aponta dados populacionais de Colônia para a metade da década de 1760, argumentando, por exemplo, que, embora a guarnição (governador, oficiais e tropa, explica) devesse contar com 600 homens, esta apenas registrava 400 deles. Assim, somados aos *vecinos* e demais pessoas, em Sacramento residiam por volta de 2000 habitantes¹⁰⁴, os quais, esclarece, eram...

... de todas artes y ministerios y marítimos y terrestres, que todos son animados, y viven del comercio clandestino que hacen con la ciudad de Buenos Aires y su jurisdicción comprendida en la Provincia del Río de la Plata de donde se interna a las Provincias del Tucumán, Chile y jurisdicción de la Audiencia de Charcas...¹⁰⁵

¹⁰² PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo Sul...* *Op. Cit.*, p. 87. Também: KÜHN, Fábio. “Os interesses do governador: Luiz Garcia de Bivar e os negociantes da Colônia do Sacramento (1749-1760)”. IN: *Topoi*, Revista de História, Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, pp. 29-42, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/topoi24/TOPOI24_2012_A02.pdf>. Acesso em: Fevereiro 2015. Para uma discussão mais completa sobre o desenvolvimento urbano de Sacramento ver: PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo Sul...* *Op. Cit.*, Cap. 3, pp. 75-127.

¹⁰³ “According to the second Utrecht Treaty, the Portuguese were prohibited from establishing any kind of commercial relation with Spanish subjects in Buenos Aires. They were also not allowed to expand in the countryside beyond the distance of a canon ball shot from the city walls.” PRADO, Fabrício. *In the Shadows of Empires...* *Op. Cit.*, p. 48.

¹⁰⁴ Estes números coincidem com os propostos por Fabrício Prado, o que, estudando o desenvolvimento populacional de Sacramento, encontra documentação que indica a existência de 2712 indivíduos na Praça no ano de 1760. Não temos dados para 1766, mas acreditamos que se deva ter em conta os efeitos populacionais que possam ter sido consequência da investida espanhola de 62. No entanto, supomos que não devam ser drásticos, tanto pelo parecido entre os valores de nossa fonte e o dos documentos de 60, como, porque o período que estamos trabalhando corresponde ao que Prado chamou de terceira fase do desenvolvimento populacional de Sacramento (1742-1777), em que percebe que há um estável crescimento populacional de 1.83% por ano. Voltaremos a tocar no tema mais adiante. *Ibidem*, pp. 51-53.

¹⁰⁵ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, Parágrafo 7º, p. 4.

Finalmente, o anônimo conclui seu primeiro discurso dizendo claramente:

Este establecido orden con que se hace el comercio clandestino en la Colonia del Sacramento hace en esta Plaza un concurso mercantil que tiene paralelo regular de Europa, y su giro le ingresa su vecindario, y el Comercio de Portugal; hácela fuente el respecto del mismo Comercio y no sus muros y defensas, pues siendo aquellas y estas de poco respeto en la pericia militar y su recinto tan reducido, y lleno de edificios, no es capaz de resignarse muchos días a sitio formal de cañón, y mortero,...

1. O período de consolidação do comércio sacramentino

Não entraremos em detalhes sobre as condições físicas de conservação em que se encontrava Sacramento na década de 60 ou, o interesse (ou falta dele) dos portugueses em reconstruir e manter as construções da fortificação. Podemos apenas ter em conta que Rego Monteiro afirma, que desde 1750 a fortificação de Colônia se encontrava em estado precário e, desde o sítio de 1762, não se supriu devidamente o assentamento com recursos e elementos para reparar os estragos¹⁰⁷. Porém, o que realmente nos interessa entender são as condições e o estado do comércio desempenhado por Sacramento na época.

Mesmo que a historiografia acredite que o reestabelecimento de uma extinta rota comercial tenha sido o principal interesse dos portugueses ao fundar Sacramento, atualmente se tem estudado que os interesses portugueses na região foram modificando-se ao longo do século XVIII, segundo as necessidades e possibilidades locais e dos fatores históricos do momento. Isso não significou o abandono dos interesses iniciais, pelo contrário, apenas sua adaptação e a coexistência desses interesses com outros novos, ou antigos, que aumentaram em importância. Fabrício Prado, por exemplo, aponta que, a partir do retorno da Colônia a mãos lusas, em 1716, se consolida um processo (iniciado na última década do século XVII) de expansão de Colônia do Sacramento para a campanha mais próxima que a circundava e, de consolidação da atividade comercial, embora os termos do tratado proibissem ambos.

Assim, entre 1716 e 1737, além das pretensões de acesso ao mercado hispano-americano via Buenos Aires, também se consolida o interesse pelos produtos que a campanha oriental pudesse brindar: o gado bovino (utilização de animais para transporte, obtenção de

¹⁰⁶ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, Parágrafo 13º, p. 10.

¹⁰⁷ O autor justifica que parte do motivo deste abandono se deve à crescente certeza lusa de que mais cedo ou mais tarde Colônia deixaria de estar sob seu domínio. MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *Op. Cit.*, p. 437.

couro, carne e outros produtos derivados) e espaço para cultivo de produtos agrícolas (especialmente trigo e linho cânhamo). Estes novos produtos passaram a ser explorados tanto para autoabastecimento como também para integrar a lista de mercadorias que o comércio sacramentino poderia oferecer para outros lugares do Império português¹⁰⁸. De fato, Prado aponta: “In the 1720’s and 1730’s, Sacramento developed an urban structure and as is became an important regional market, attracting people from Buenos Aires and from the countryside.”¹⁰⁹ Para este processo foi essencial, pelo ano de 1690, a chegada dos primeiros povoadores agricultores, como parte do projeto de adaptação do tipo de exploração de Sacramento, já que estabeleceram-se como mão de obra agrícola¹¹⁰.

Depois do período 1735-1737, com o já referido sítio e bloqueio espanhol à povoação, o comércio ali praticado precisou adaptar-se. Isso obrigou as forças portuguesas a ficarem restritas às muralhas do espaço urbano da praça e que seus habitantes perdessem, definitivamente, o livre acesso à campanha e aos campos que a rodeavam. Porém, a conexão de Sacramento com o mar e o Rio da Prata não se viu afetada, já que o bloqueio se estabeleceu apenas por terra. Assim, as limitações impostas terminaram por fazer com que Colônia se concentrasse na principal atividade econômica que havia trazido os portugueses à região: o comércio. Para Fabrício Prado, estes acontecimentos, antes de colocar fim ao comércio praticado em Sacramento, tiveram impacto direto no desenvolvimento e consolidação da atividade comercial da povoação, que desempenhava (e segue a desempenhar) um importante papel nesta atividade a nível regional¹¹¹.

Sabe-se que o controle do bloqueio após 1737 nem sempre se manteve estrito e, por épocas, pôde se tornar menos intenso e efetivo. Isto facilitava o contato dos sacramentinos com os demais habitantes da região, com quem comerciavam, vendendo seus produtos e obtendo pagamento em prata ou em produtos de contrapartida, assim como também obtinham produtos para subsistência. Prado afirma, por exemplo, que um dos momentos de maior afrouxamento do controle foi nos anos posteriores à assinatura do Tratado de Madri, período

¹⁰⁸ PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo Sul...* *Op. Cit.*, p. 45 e pp. 109-119. Prado brinda ainda esta informação exemplificadora: “In the immediate six miles from the urban center there were at least thirty-one farms that belonged to the inhabitants of the city.” PRADO, Fabrício. *In the Shadows of Empires:...* *Op. Cit.*, p. 47.

¹⁰⁹ PRADO, Fabrício. *In the Shadows of Empires:...* *Op. Cit.*, p. 47.

¹¹⁰ ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Op. Cit.*, p. 66

¹¹¹ PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo Sul...* *Op. Cit.*, pp. 122-127. Fernando Jumar diz sobre os efeitos do bloqueio: “...indicios obtenidos señalan que se frena el crecimiento de la Colonia del Sacramento, aunque desde 1739 las fuentes revelan que el comercio alcanza volúmenes importantes.” JUMAR, Fernando. “Colonia del Sacramento y el complejo...” *Op. Cit.*, p. 174.

de atuação conjunta de portugueses e espanhóis na aplicação das delimitações de domínios e na dissolução da oposição indígena¹¹². Fernando Jumar e Isabel Paredes também argumentam que 1750 foi uma época de maior flexibilidade no controle e, portanto, de aumento e consolidação do contrabando¹¹³.

Em termos semelhantes, nossa fonte sustenta que um dos acontecimentos que contribuíram para o desenvolvimento e consolidação do comércio ilegal, entre Colônia e os assentamentos hispânicos da região, foi um acordo assinado em 1º de janeiro de 1749 entre Juan José de Andonaegui e Antônio Pedro de Vasconcelos (então governador de Buenos Aires e Sacramento, respectivamente). Nos explica que nele se autorizava aos sacramentinos irem a determinadas povoações de domínio espanhol para comprar produtos para abastecimento. Estabeleciam-se também os exatos cinco itens que poderiam obter nestes portos, sendo que as provisões seriam vendidas nos portos de Riachuelo de Buenos Aires e Montevideú, enquanto os portos de Las Víboras e Las Vacas forneceriam lenha. Além, este acordo permitia ainda que os habitantes da praça lusa saíssem a campo algumas vezes para introduzirem gado no assentamento. Segundo o autor anônimo, estas concessões, não havendo sido controladas como deveriam, acabaram por dar espaço às trocas mercadorias ilegais¹¹⁴.

Devemos recordar ainda que, neste período, não foi estabelecido bloqueio marítimo à Sacramento. Portanto, seus contatos com os demais portos do Brasil (o recém fundado de Rio Grande, o do Rio de Janeiro, o da Bahia, etc.), bem como com o porto de Lisboa, não foram interrompidos e, assim, a praça portuguesa no Prata continuou conectada com as rotas atlânticas lusas e europeias. A via fluvial passou a ser um dos meios de abastecimento de Colônia, por onde obtinha seus mantimentos e produtos essenciais¹¹⁵. Fabrício Prado nos exemplifica demonstrando que os próprios termos do tratado de paz de 1737, ao tempo que

¹¹² PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo Sul...* Op. Cit., p. 127.

¹¹³ JUMAR, Fernando. “Colonia del Sacramento y el complejo...” Op. Cit., p. 175. PAREDES, Isabel. “Comercio y contrabando entre Colonia del Sacramento y Buenos Aires en el período 1739-1762”. IN: COLÓQUIO INTERNACIONAL TERRITÓRIO E POVOAMENTO – A PRESENÇA PORTUGUESA NA REGIÃO PLATINA, Colônia do Sacramento, Uruguai, 23 a 26 de março de 2004. Instituto Camões, Atas eletrônicas. pp. 1-29. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/bibliotecadigital-camoes/cat_view/75-coloquios-e-congressos/80-presenca-portuguesa-na-regiao-platina.html>. Acesso: Fevereiro 2015.

¹¹⁴ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º, Artigo 4º, Parágrafo 3, p. 28. Este acordo é comentado por Isabel Paredes e Fábio Kühn em seus artigos: as cláusulas e as consequências do acordo por eles citadas são semelhantes às expostas por nossa fonte. Ver: KÜHN, Fábio. Op. Cit. PAREDES, Isabel. Op. Cit., pp. 10-12.

¹¹⁵ “... apesar dos empecilhos para se chegar à campanha e da perda do território onde havia o entorno agrícola antes de 1737, a cidade encontrou outras formas de abastecimento e de acesso indireto aos frutos da terra, justamente através do comércio por via fluvial. Desta forma, embora a cidade não tivesse uma população agrícola para a produção de alimentos, essa tarefa acabava sendo realizada por agentes sociais castelhanos nas regiões próximas, ou em contato com as rotas de comércio ilícito.” PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo Sul...* Op. Cit., p. 125.

estabeleciam uma guarda permanente sobre Sacramento, também permitiam que os habitantes dessa praça obtivessem seus mantimentos mediante o comércio com Buenos Aires ou com Montevideú. Isso, segundo o autor, estabeleceu uma base legal para um comércio entre ambos os assentamentos e, assim, abriram também as oportunidades para transações ilegais¹¹⁶.

Portanto, podemos observar que mesmo com o bloqueio, Sacramento continuou tendo comunicação constante tanto com o resto do império português como com os demais assentamentos platinos. Neste novo período, a povoação passou então a ser consolidadamente responsável pela introdução, no Prata, de produtos de outras regiões brasileiras, do resto do império português e também de outras nações. Isabel Paredes afirma que, principalmente desde a década de 50, com o acordo de abastecimento e com o contexto do Tratado de Madri, houve a consolidação do contrabando desde Sacramento e o momento de maior fluxo¹¹⁷.

O período de consolidação, que aqui está sendo tratado, corresponde ao que Jumar classifica como segunda etapa de desenvolvimento do complexo portuário (de 1716/1720 a 1776/1778), sendo este o momento de seu pleno funcionamento, já que as funções de cada um dos três principais portos do Rio da Prata dentro do sistema do complexo estão plenamente estabelecidas¹¹⁸. Desde o ponto de vista do complexo portuário, estas funções eram complementárias, de modo que cada uma das cidades, dentro daquele contexto histórico, necessitava das demais para que o equilíbrio do complexo fosse mantido. Dentro desta análise, as investidas contra Sacramento (o sítio de 1735-37, o bloqueio consequente ou o ataque de 1762, por exemplo) são entendidas como momentos de pequenos ajustes para manutenção do sistema¹¹⁹. Porém, para a data de nossa fonte, se sabe que Colônia continuava desempenhando sua função de intermediária entre o Rio da Prata e o Atlântico, tanto introduzindo produtos importados como enviando os regionais. Ao estudarmos Sacramento em 1766, estamos lidando com um assentamento que há praticamente 30 anos se dedica ao comércio como atividade principal.

¹¹⁶ PRADO, Fabrício. *In the Shadows of Empires:...* Op. Cit., p. 49. Também: PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo Sul...* Op. Cit., p. 141.

¹¹⁷ PAREDES, Isabel. *Op. Cit.*

¹¹⁸ JUMAR, Fernando. "Colônia del Sacramento y el complejo..." *Op. Cit.*, p. 167.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 167.

2. O comércio de Sacramento na década de 1760: as mercadorias

Parece-nos interessante iniciar ressaltando que pouco se utiliza a palavra *contrabando* (ou nenhum de seus relacionados) na fonte que estamos analisando¹²⁰. No entanto, o que se utiliza com muita frequência são associações de conceitos que tenham os adjetivos *clandestino* ou *ilícito* e variações de ambos¹²¹. Ainda, a expressão *comércio clandestino* é a que sempre se utiliza para contrapor a ideia de comércio legítimo. Entre as atividades classificadas como ilícitas ou clandestinas, podemos identificar a venda de mercadorias pelos portugueses para os espanhóis, a compra de mercadorias aos portugueses pelos súditos espanhóis, assim como o inverso, a venda de mercadorias aos portugueses ao invés de mandá-las pelo comércio legal.

Nossa fonte é clara com respeito aos produtos que Colônia introduzia na América espanhola através de seu comércio: “... toda especie de mercaderías europeas y Caldos de Portugal, con otros frutos corrientes en Comercio Europeo y de los que produce Brasil, azúcar[,] de tabaco torado, y aguardiente de caña...”¹²². Porém, apresenta ainda mais uma “mercadoria” que Sacramento comercializava, sobre o qual trata mais detalhadamente da seguinte maneira:

... cumulo crecido y gran cantidad de negros que por la vía del Geneiro conducen de Guynea, en que hacen un considerable comercio pues un año con otro de presente de esta especie, que son fondos vivos de la contravención no disminuye el número de contracción de aquella Plaza de 600 que se distribuyen en la Capital de Buenos Aires, y se internan en las referidas provincias y este número se vió [sic] más que duplicado con los años pasados que corrieron del 40 al 60, en los que el ilícito comercio que se hacía sin reparo y a pública vista sin mayor costo...¹²³

Se os números são precisos ou não, não discutiremos. Nestes pode haver aumentos intencionais, devido ao tom de denúncia do documento ou, ainda, devido ao caráter ilegal do

¹²⁰ Considerando o documento completo (os sete discursos), contamos que *Contrabando* aparece referido apenas 4 vezes; já, *contrabandista(s)*, aproximadamente 10 vezes. Estes são os únicos dois conceitos usados relacionados a contrabando.

¹²¹ Para referir-se à prática: *comercio clandestino* (aparece aproximadamente 49 vezes no texto), *ilícito comercio* (aprox. 4 vezes), *giro clandestino*, *trato clandestino*, *trato ilícito* (ou *ilícito trato*), *tráfico clandestino*, *operaciones clandestinas*, *hechos clandestinos*, *introducciones ilícitas*, *extracciones ilícitas*, etc. Para seus agentes: *tratantes clandestinos*, *tratantes ilícitos*. Para seus produtos: *mercaderías clandestinas*.

¹²² BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, Parágrafo 7, p. 4. Enrique M. Barba em seu artigo sobre a fonte transcreve “tabaco torado” por “tabaco torcido”, com que entende-se melhor do que se trata o produto. BARBA, Enrique. *Op. Cit.*, p. 59. Em nossa mesma fonte duas páginas mais adiante da citação recém referida, o anônimo volta a repetir os produtos que navios portugueses traziam a Sacramento da seguinte forma: “...mercaderías de manufacturas de Europa, frutos de esta misma, y el Brasil y negros de Guinea...” BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, Parágrafo 8, p. 6.

¹²³ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, Parágrafo 7, p. 4.

comércio, existe a possibilidade de que nosso autor não soubesse com exatidão seus valores. No entanto, no fragmento recém citado dois aspectos nos chamam a atenção. Por um lado, os próprios valores que, precisos ou não, parecem elevados. O outro aspecto, e talvez o principal para nós, é o fato do comércio de escravos africanos ser o único elemento da lista de produtos de entrada que logo nesta primeira apresentação aparece mais especificado e que, ainda, é o único que nosso autor dedicou um discurso completo de seu documento¹²⁴. Estes aspectos nos fazem refletir acerca da real importância e magnitude do comércio de escravos africanos na praça da Colônia do Sacramento na década de 1760.

Sobre os produtos que Colônia era responsável de introduzir no Prata, vários autores citam, por estudo de fontes de diferentes naturezas, praticamente os mesmos que aqui foram elencados¹²⁵. Mas é precisamente sobre o comércio de escravos, que Fabrício P. Prado dedica atenção em um de seus trabalhos. Este autor constata, a partir de uma fonte, que 58% dos habitantes de Colônia em 1760 eram escravos, enquanto 42% eram pessoas livres, números que, esclarece, coincidem com os apresentados por regiões de *plantation*. Não sendo este o perfil de Sacramento, e não possuindo a praça importante área agrícola desde 1737, o autor entende que este número seja tão elevado devido ao papel comercial que desempenhava e à conexão da praça com o Rio de Janeiro. Explica, ainda, que grande parte destes escravos estariam no assentamento apenas temporariamente, argumento reforçado pelo fato de que em seu estudo demográfico constata que poucos escravos adultos tenham nascido no local¹²⁶. Sabendo também que, nas décadas de 40 e 50, Sacramento já desempenhava um importante e ativo papel no tráfico de escravos na região, conclui que, dentro do complexo do Rio da Prata, esse comércio persistia e estava consolidado em 1760¹²⁷.

¹²⁴ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 4º, pp. 41-45, intitulado “Comercio particular de negros”.

¹²⁵ Por exemplo, JUMAR, Fernando. “Colonia del Sacramento y el complejo... *Op. Cit.*, p. 187. PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo Sul...* *Op. Cit.*, p.140. Isabel Paredes, por aprofundar o estudo dos *comisos* entra em mais detalhes sobre os produtos encontrados: além do açúcar, tabaco e cachaça, do Brasil procediam arroz, bacalhau, “agrio de limón”, doces, chocolate e móveis; os produtos europeus, principalmente ingleses, eram todo tipo de tecidos de algodão e linho, confecções, porcelanas de cozinha, elementos de metal (agulhas, tesouras, facas) e objetos de luxo. PAREDES, Isabel. *Op. Cit.*, p. 14.

¹²⁶ Justifica ainda explicando que o método de contrabando em Colônia consistia em vendas de pequenas quantidades de produtos e escravos em cada operação, o que faria com que estes últimos permanecessem mais tempo na praça. PRADO, Fabrício. *In the Shadows of Empires:...* *Op. Cit.*, pp. 71-75. Voltemos aos 1.83% de crescimento populacional por ano de Colônia na terceira fase de desenvolvimento populacional (1742-1777) que propõe Prado, para este autor este valor se deve boa parte ao incremento da importância de Sacramento como porto de comércio de escravos e diz: “The lack of the agrarian suburbs was in part balanced by the development of the slave trade. Although the town continued to attract immigrants and experienced population growth, many immigrants were slaves to be sold in the regional market.” *Ibidem*, p. 53.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 77 e p. 80.

Sobre o que obtinham os portugueses com este comércio, ou os produtos a que acediam através do *complejo rioplatense*, o autor anônimo de nosso documento diz:

... sacando los españoles de la Colonia las Mercaderías de dicho trato, y llevándoles en permuta de ellas, la plata sellada, labrada, en barra y piña, toda especie de víveres, carnes, leña, trigo, harina y otros frutos, con más la corambre de toros, novillos y vacas, de que cargan sus navíos en el retorno para el Brasil, y Portugal...¹²⁸

A prata, explica Isabel Paredes, era obtida, em geral, por meio dos pagamentos feitos pelos grandes comerciantes de Buenos Aires que, devido a suas atividades, tinham acesso mais fácil a ela. Já o pagamento dos pequenos produtores –“pulperos” e “mercanhifles”, que realizavam contrabando em menor escala– era comumente feito com outros produtos, explica a autora, tais como os acima citados¹²⁹. Sobre os couros, Paredes esclarece que por vezes eram mercadorias vendidas aos portugueses com esse propósito, não apenas como moeda de pagamento da compra de produtos de Sacramento¹³⁰. Este tipo de situação, veremos, também é relatado em nossa fonte. Tanto a prata como os couros eram os principais produtos que Sacramento enviava à Europa ou ao Brasil, as demais mercadorias da lista tendiam a ficar na praça para seu abastecimento. Sobre isso, o anônimo alega: “...víveres, pocos o ninguno necesita la Plaza, pues de nuestros dominios, los mismos contrabandistas y cabos puestos al resguardo del ilícito comercio que hacen estos, la abastecen común, y diariamente de quienes necesiten”¹³¹.

Ressaltamos ainda que, embora as práticas consideradas pela fonte como ilegais sejam variadas, ao se relatar a introdução de mercadorias desde Colônia, a ênfase e os detalhes dados parecem ser bem maiores do que quando se fala do fluxo e práticas de saída de produtos espanhóis à Sacramento. Esta diferenciação no relato, passa a ideia de que o autor classifica estas práticas ilícitas desde óticas um pouco diferentes, considerando umas, mais erradas do que outras. Desde esse ponto de vista, se pode inferir que o anônimo considerava pior (“mais ilegal”, digamos assim) a compra de produtos sacramentinos em grande escala. Em segundo lugar, “menos ilegal” era a venda em grande escala, sendo ainda não tão mal

¹²⁸ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, Parágrafo 8, p. 6.

¹²⁹ Fala também em feijões, queijos e galinhas. PAREDES, Isabel. *Op. Cit.*, pp. 14-15.

¹³⁰ Além de Paredes, Fernando Jumar também se refere a estas duas formas que os portugueses tinham de acesso aos couros da região. JUMAR, Fernando. “Colonia del Sacramento y el complejo... *Op. Cit.*, p. 174.

¹³¹ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, Parágrafo 7, p. 5.

visto por ele a compra e venda praticada por pequenos produtores ou comerciantes em reduzidas quantidades, especialmente se estes são de Montevideu¹³².

3. O comércio ilegal no Rio da Prata na década de 1760: a prática e os praticantes

O autor de nosso documento não mede esforços à hora de denunciar as operações comerciais ilegais praticadas no Rio da Prata, nem quando trata do modo como são praticadas e nem quando se trata de seus agentes. Desde o começo, deixa claro que o comércio de Sacramento só existia (e sobrevivia) porque havia quem comprasse suas mercadorias na região, isso ocorria (e vai deixando isso mais claro à medida que avança o texto), porque as mercadorias espanholas possuíam elevado custo, não podendo competir com os baixos preços dos produtos lusos.

Na fonte, se atribui estes altos valores, em parte, à elevada carga de impostos –entre os que cita o de guerra, *derechos reales de Avería, alcabalas*, etc.¹³³– que as mercadorias do comércio legal eram obrigadas a cumprir. Mas esta situação não as afetava somente para chegarem ao Rio da Prata, senão que, também, ao envio dos produtos locais à Espanha. Estas condições eram mais um incentivo para que os espanhóis rio-platenses estabelecessem conexões com os comerciantes sacramentinos, que terminavam oferecendo melhores preços de envio de produtos à Europa, grande mercado consumidor dos produtos americanos e regionais¹³⁴.

¹³² Detalharemos este aspecto mais adiante, porém o seguinte trecho exemplifica o que nos referimos: “...pues reduciéndose Montevideo de presente a ciento treinta vecinos todos de pobre gente, se puede inferir qué fondos tendrán para hacer el Comercio clandestino, y cuando alguno se haya hecho o se haga, es de poco monto, y reducido al Contrato de los cueros de vacas y novillos chicos, que por su poco peso y crecido daño que de ellos se pagan, no los quieren los que cargan esta especie para España y por no poder los pobres hacendados de Montevideo, suelen contratarlos, como lo hacen los demás de toda la Provincia con la Colonia clandestinamente, y las más veces abrigados de la Capital Buenos Aires...” BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 5º, Parágrafo 7, p. 59.

¹³³ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º - *Medios de embarazar el comercio clandestino de la Colonia del Sacramento*, Artigo 1º - *sobre el libre comercio legítimo de España con Buenos Aires* (pp. 12-17); Discurso 3º - *Perjuicios que causa a Su Majestad y al comercio legítimo de Buenos Aires el tres por ciento de Derecho Real de Abería [sic] en la plata y uno en el oro que se satisface en las Cajas Reales de la misma ciudad* (p. 38-41)

¹³⁴ Comenta, por exemplo, como os couros de pouco peso não tinham saída pelo comercio legal, os produtores terminavam por vendê-los à Sacramento. BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º, Artigo 1º, Parágrafo 2, p. 15. Também explica que vários pequenos produtores, por não terem como arcar com os custos de envio de suas mercadorias (couros, em geral) à Espanha, terminavam vendendo-as à Sacramento. BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º, Artigo 1º, Parágrafo 2, p. 15; Discurso 5º, Parágrafo 7, p. 59.

Como comprovação de seus argumentos, o anônimo nos apresenta uma comparação dos valores de venda de couros através de Buenos Aires e de Sacramento, demonstrando que, neste segundo porto, era mais conveniente, já que no primeiro se aplicava sobre o produto a cobrança de dois *reales* de prata de imposto do ramo de guerra¹³⁵. No texto também se compara o custo de envio de um navio desde Lisboa a Colônia, e o seu retorno, com o custo dos navios de registro desde Espanha ao Rio da Prata e vice versa. Explica que sobre todo navio carregado era cobrado, tanto num sentido, como no outro, o *derecho real de avería*, imposto que, denuncia era cobrado de forma errada em Buenos Aires. Nessa comparação, termina demonstrando que, enviar produtos via Sacramento resultava mais barato, sendo esta situação um estímulo ao comércio ilegal com esta praça portuguesa¹³⁶.

Juntamente com os impostos, outro custo que recaía sobre o preço das mercadorias no Rio da Prata, e que é denunciado em nossa fonte, eram os altos *emolumentos* cobrados pelos funcionários do *Tribunal de la Real Hacienda de Buenos Aires*, para que um navio de registro pudesse aportar na cidade¹³⁷. Argumenta que os navios de registro precisavam arcar com altos gastos no Rio da Prata são altos, e chega a afirmar que “... no tienen igual ni paralelo con ninguna otra parte de la América ni aún del mundo todo...”¹³⁸. Como demonstração, o anônimo nos expõe uma longa e detalhada conta onde relata o passo a passo de chegada de um navio ao Rio da Prata e cada um dos gastos que precisava fazer para, enfim, pôr sua mercadoria em terra firme; nos informa que o valor total mínimo era de *8D409 pesos*¹³⁹. Explica que alguns desses gastos eram cobrados por costume, já que não eram legislados, e que negar-se a pagá-los gerava retaliação das autoridades como, por exemplo, a realização mais lenta do processo, gerando, assim, mais custos para o interessado. Com este ponto de vista, o anônimo sustenta que as autoridades, mesmo mediante práticas do comércio legal, terminavam por prejudicá-lo e incentivar o clandestino¹⁴⁰.

¹³⁵ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º, Artigo 1º, Parágrafo 2, pp. 14-15. Também: Discurso 3º, Parágrafo 2, p. 40.

¹³⁶ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 3º, Parágrafo 2, pp. 39-40. Diz: “... se dan en la Colonia las mercaderías a precios tan equitativos, que no obstante la Contribución para internarlas a Buenos Aires y su Provincia, les tiene mucha cuenta darlas en ésta, a mucho menos precio que las puede dar el comercio legítimo, y de este hecho le viene el perjuicio a éste, y el incentivo, a los que lo hacen de tratar con la Colonia...”.

BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 3º, Parágrafo 2, p. 40.

¹³⁷ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º, Artigo 5º, pp. 29-38.

¹³⁸ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º, Artigo 5º, Parágrafo 1, p. 29.

¹³⁹ Aqui se incluem detalhadamente todos os gastos que são necessários, desde impostos e taxas de serviço de funcionários até emolumentos e custos de obséquios que se costumam entregar aos encarregados do controle dos navios, passando pelo custo de comida da tripulação, a contratação de práticos para ajudar na navegação em portos de mais difícil acesso, etc. BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º, Artigo 5º, pp. 29-38.

¹⁴⁰ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º, Artigo 5º, pp. 29-38.

Além da situação até agora relatada, aparece referenciado em nossa fonte um segundo motivo que permitiu não só a existência, mas também a perpetuação das práticas comerciais ilegais: a participação de espanhóis na introdução dos produtos clandestinos, entre os quais se encontravam inclusive funcionários da Coroa. Segundo repetidas passagens do documento, o principal centro onde se localizavam os agentes espanhóis dessas relações ilegais era Buenos Aires, e para lá se destinavam inicialmente o grosso do comércio da Colônia¹⁴¹. Em contrapartida, seu posicionamento a respeito do papel de Montevidéu no comércio clandestino também é muito claro: este porto espanhol na Banda Oriental, pouco e nada tinha a ver com estas contravenções¹⁴². Montevidéu é, ainda, tratada como o bastião defensor do comércio legal e lugar de solução para todo o problema do comércio ilegal que expõe estar enfrentando a Coroa espanhola no Rio da Prata.

Podemos detectar um exemplo desse posicionamento quando é apresentada a história de criação e a função das *corsarías*¹⁴³. Conta-se que este instrumento de combate ao contrabando foi criado em 1754 pelo governador de Montevidéu, Don José Joaquín de Viana, e funcionou por dois anos com apenas duas lanchas, e tendo no porto dessa cidade a base em terra para suas atividades (onde se procedia a seu “armamento”, como diz o autor). No entanto, se explica que em 1756, Don Pedro de Cevallos, então governador do Rio da Prata, aumentou para quatro, outras vezes seis, o número de embarcações atuantes e mudou o porto de armamento para o Riachuelo de Buenos Aires. O anônimo denuncia que, embora mais lanchas atuassem contra o comércio ilegal, durante os dois anos que as *corsarías* estiveram sob cuidado do governo de Montevidéu, “pusieron en sus reales Cajas sobre 940 pesos de decomiso”¹⁴⁴, enquanto entre 1756 e 1766, a soma das entradas nas caixas reais de Buenos Aires foi bastante inferior aos números do porto da Banda Oriental. Diz, ainda, que nos

¹⁴¹ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, Parágrafo 8, p. 7; Discurso 2º, Artigo 3, Parágrafo 2, p. 21, são alguns exemplos. Vemos ainda: “en Buenos Aires está el daño que causa el Comercio clandestino; allí residen los tratantes del grueso de él, en ella misma le dan su expendio en consumo de su abasto, o internando sus mercaderías tierra adentro, las más de las veces con seguridad de despacho, subrepticios, o con inteligencia, según la ocasión lo permite...” BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 5º, Parágrafo 8, p. 59-60.

¹⁴² Ver, por exemplo, passagem citada em nota 132 no subtítulo número dois deste capítulo, quando tratamos das mercadorias.

¹⁴³ No texto, por vezes aparece como *corserías* e outras vezes como *corsarías* (utilizaremos esta forma ao longo de nosso texto), são o conjunto de lanchas corsárias cuja função é perseguir e apreender as embarcações do comércio ilegal que transitassem o Rio da Prata. Na época de nossa fonte, se constitui em um conjunto de quatro ou seis embarcações (*lanchas*, para os locais, que, além de dar detalhes mais técnicos, explica “...son unas pequeñas goletas con cubiertas, proviniendo las mismas Corsarías de las Lanchas particulares que se han decomisado por ilícitos tratos, y no de construcción particular al intento y se ha procedido para el fin de su Armamento...” p. 21). Para mais detalhes ver: BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º - *Medios de embarazar el comercio clandestino de la Colonia del Sacramento*, Artigo 3º - *sobre que los corsarios españoles que de cuenta a S.M. se destinan para el corso en Buenos Aires, se destinen en Montevideo para estar con más seguridad*, pp. 20-25.

¹⁴⁴ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º, Artigo 3º, Parágrafo 3, p. 23.

primeiro dois anos, todas as apreensões de lanchas foram feitas na costa de Buenos Aires¹⁴⁵. Concluí seu raciocínio dizendo que esta situação “manifiesta claramente la tolerancia de éstas en los hechos clandestinos”¹⁴⁶, tendo previamente dito que desde Buenos Aires se articulava a maior parte e mais importante do contrabando com Sacramento.

É interessante ressaltar que este posicionamento acusatório do autor a respeito do comércio ilegal direcionado quase exclusivamente a Buenos Aires, e que livra Montevideu de todo envolvimento clandestino (ou ao menos do núcleo dele), é expressado ao longo de diferentes trechos na fonte, a pesar de que outras passagens do documento poderiam indicar diferente. Recordamos o exemplo referido pelo próprio anônimo¹⁴⁷ acerca do acordo assinado em 1749 entre Colônia e assentamentos espanhóis do Prata (entre os quais estava Montevideu), que sentou uma das bases para o comércio clandestino na região. Contrapondo um pouco os argumentos de nosso autor, a historiografia atual, a partir da análise de diversas fontes documentais, afirma que as relações entre Colônia do Sacramento e Montevideu foram tão reais quanto as que a primeira manteve com Buenos Aires, embora, talvez neste período, ainda não tão significativas quanto as da capital¹⁴⁸.

Essas relações ocorreram no marco que estamos tratando aqui, em que Sacramento havia-se tornado um importante centro no comércio regional, e os vínculos entre espanhóis e portugueses ocorriam, fossem eles legais ou ilegais. Assim, em primeiro lugar, devemos ter em conta que, dentro do marco do complexo portuário o desenvolvimento econômico, comercial e demográfico de qualquer um dos três portos aqui citados esteve ligado às relações que cada um estabeleceu com os demais¹⁴⁹. No caso de Montevideu, fundada em 1726 para deter o avanço da ocupação portuguesa sobre a Banda Oriental, seu desenvolvimento esteve muito vinculado desde seus primeiros anos à Colônia.

¹⁴⁵ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 5º, Parágrafo 8, p. 59.

¹⁴⁶ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º, Artigo 3º, Parágrafo 3, p. 23. Mesmo argumento: Discurso 5º, Parágrafo 8, p. 59.

¹⁴⁷ Citado mais detalhadamente no primeiro subtítulo deste capítulo.

¹⁴⁸ JUMAR, Fernando. “Colonia del Sacramento y el complejo... *Op. Cit.*, p. 168. Mais adiante, explica o porque da predominância das relações de Colônia com Buenos Aires: “...los comerciantes de Buenos Aires supieron tornar en su beneficio la situación, llegando a convertirse en los interlocutores inevitables de todos quienes deseaban ver comercializados sus bienes en los mercados españoles existentes entre el Río de la Plata y el Alto Perú.” *Ibidem*, p. 176.

¹⁴⁹ Por exemplo, citando um estudo de Z. Moutoukias, Fabrício Prado aponta que a estruturação de uma elite mercantil bonaerense esteve intimamente ligada ao desenvolvimento e estabelecimento das trocas e das conexões comerciais entre Buenos Aires e Colônia do Sacramento. Estas relações estabelecidas foram base do próspero desenvolvimento de ambos os assentamentos. PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo Sul...* *Op. Cit.*, p. 139. Em outro trabalho diz: “Historian Zacarias Moutoukias argues that Buenos Aires and Colônia do Sacramento had complementary rather than competitive roles in the commercial development of the region.” PRADO, Fabrício. *In the Shadows of Empires:...* *Op. Cit.*, p. 46.

No entanto, acreditamos que o fato de que as quantidades de mercadorias ilegais intercambiadas entre Sacramento e Buenos Aires tenham sido mais significativas, não anula as trocas ocorridas entre lusos e Montevidéo¹⁵⁰, tal como pretende indicar o anônimo. Este seu posicionamento, a nosso entender, está vinculado ainda a outro aspecto de seu discurso: que em seu texto fique parecendo que as entradas de mercadorias em domínios espanhóis, mais praticadas por Buenos Aires, sejam consideradas “mais contrabando” que as saídas praticadas, segundo ele, por Montevidéo. Perguntamo-nos então, o porquê desse posicionamento do autor de entender que os “desvios” somente ocorreram na relação Colônia-Buenos Aires, praticamente isentando qualquer envolvimento de Montevidéo em práticas ilegais.

Acreditamos poder responder nosso questionamento se analisamos os argumentos do autor tendo em conta que, dentro do *complejo portuario rioplatense*, cada cidade-porto teve um papel determinado, estabelecido em função das atribuições dadas por Buenos Aires¹⁵¹, porto mais antigo da região e cuja elite já possuía espaço significativo dentro do circuito americano, antes mesmo da maturação do complexo no Rio da Prata. Assim, acreditamos que os argumentos do anônimo, que estamos discutindo, são indícios de que o autor esteja dando voz à elite montevideana. Dando voz a uma elite bastante nova, se comparada à bonaerense, e que, por vezes, se opôs a essa última na defesa de seus interesses dentro do complexo portuário, em busca de sua acomodação e consolidação.

Por mais que as práticas ilegais de Buenos Aires fossem mais frequentes e de maior monta do que as de Montevidéo, denunciar extensamente a primeira e amenizar as atividades da segunda parece demonstrar uma intencionalidade proposital, especialmente quando ambas executavam atividades que o próprio autor classifica como erradas. Parece que em *Discursos* se pretende incriminar a primeira cidade e amenizar os atos da segunda, para assim mostrá-la como melhor. Esta escolha discursiva de avultar o envolvimento de Buenos Aires pode ser reflexo do embate político que existia entre as duas elites, no contexto do complexo portuário¹⁵².

¹⁵⁰ PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo Sul...* *Op. Cit.*, pp. 141-142.

¹⁵¹ “Una de las piezas clave de la vida del complejo portuario será la búsqueda permanente de un equilibrio entre los intereses de los actores involucrados. En nuestra opinión, ese punto de equilibrio es alcanzado cuando, el interior del complejo portuario, los diferentes actores aceptan cumplir los papeles atribuidos por los poderosos de Buenos Aires.” JUMAR, Fernando. “Colonia del Sacramento y el complejo...” *Op. Cit.*, p. 168.

¹⁵² Para mais detalhes sobre o estabelecimento da elite de Montevidéo, ver: Bentancur, Arturo A. *Contrabando y contrabandistas: historias coloniales*. Montevidéo: Arca, 1982. Também: PRADO, Fabrício. *In the Shadows of Empires...* *Op. Cit.*, cap. 5, pp. 165-193; e Cap. 7, pp. 260-272.

O modo como os súditos espanhóis praticavam e permitiam o contrabando, pelo acobertamento feito pelas *corsarías* e mau uso delas é relatado na fonte já desde o início, mesmo antes do artigo exclusivamente a elas dedicado; é dito que “... dan escapada, y aún abrigan los Contrabandos gruesos, arrestan los cortos, conducen la Plata, Corambre y víveres a la Colonia, disimulan las embarcaciones que van a ella...”¹⁵³. A contrapartida da tolerância dessas *corsarías* era a navegação de pequenas embarcações que levavam e traziam de Colônia mercadorias clandestinas, transitando “...desde la punta de piedras hasta Santa Fe, espacio de más de 120 leguas, donde hay muchos ríos, arroyos y calas en quien se encubren las embarcaciones de este tráfico pernicioso a nuestro comercio...”¹⁵⁴. É dito, ainda, que essas embarcações de pequeno porte muitas vezes aportavam em Sacramento, argumentando levar provisões e armamentos para a praça “... y aun que sin duda llevan algunos, los más son cargamentos de Mercaderías para el trato clandestino...”¹⁵⁵. Ainda com respeito à utilização dos meios aquáticos para atividades clandestinas, nossa fonte denuncia também o envolvimento de navios de registro. Não se trata apenas da situação já relatada, mas também casos em que conduziram couros à Colônia ou de detecção de mercadorias da praça portuguesa no interior de ditos navios do comércio legal¹⁵⁶.

As denúncias não se restringem às atividades praticadas por rio ou mar, senão que também se responsabiliza o comércio feito por terra com Colônia. Por esta via, acusa, entravam provisões, couros e prata e se extraíam mercadorias, mesmo havendo o bloqueio de *Real de San Carlos*¹⁵⁷, onde existia guarda constante. Afirma que é no espaço neutro, terreno entre Sacramento e o *Real*, que ocorriam as trocas ilegais de mercadorias, “... no sólo de las muchas mercaderías y frutos, si también de las causas vivas como son, ganados mayores, y menores, que se introducen y negros que se extraen,”¹⁵⁸. Em uma determinada passagem afirma que, se mesmo durante o sítio de 1762 se teve notícias de introdução de provisões à Colônia, feitas por espanhóis, não deveria admirar que o fizessem em tempos de paz¹⁵⁹.

¹⁵³ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º - *Systema de la Colonia del Sacramento*, Parágrafo 8, p. 7. E continua: “... y rara vez se ve esta plaza excenta [sic] de embarcaciones españolas dirigida al trato clandestino, habiendo ocasión en que concurren cinco, y seis para su negocio, las más veces asegurado desde la Capital de Buenos Aires...” [grifo nosso]. BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, Parágrafo 8, p. 7.

¹⁵⁴ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, Parágrafo 7, p. 5.

¹⁵⁵ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, Parágrafo 7, p. 5.

¹⁵⁶ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, Parágrafo 10º, pp. 8-9.

¹⁵⁷ “... Guarnición nuestra, y bloqueo de la misma plaza a los límites del alcance del Cañón de la Cortina de Hierro...” BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, Parágrafo 9º, p. 8.

¹⁵⁸ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, Parágrafo 9º, p. 8. Ver também: Discurso 2º, Artigo 4º, Parágrafo 1, pp. 25-26.

¹⁵⁹ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º, Artigo 4º, Parágrafo 2, p. 27.

Recordamos aqui, que já apresentamos no subtítulo número um deste capítulo, como a historiografia também aponta para a ocorrência desta permeabilidade do bloqueio terrestre.

Parece-nos interessante ressaltar que recorrentemente, em nossa fonte, qualquer que seja modalidade de comércio ilegal que esteja referindo o autor, e qualquer que sejam as motivações econômicas para a execução desta determinada prática, sempre é atribuído a uma única motivação original: *la codicia* (cobiça, em português). É este elemento que motivava, afinal, segundo nosso autor anônimo, os espanhóis a comercializarem com os portugueses de Colônia, contrariando as leis de sua Coroa. Citamos aqui um exemplo:

... viciados los ánimos en la *codicia envejecida*, y *arraigada* en general en los cabos de la Milicia destinados en éste y otros parajes para dar cumplimiento a las mismas órdenes, y evitar los clandestinos hechos, *se puede pensar con toda verosimilitud la tolerancia referida para introducir por tierra en la Plaza, los víveres, ganados y leña* que permite el Estado de la misma Plaza, acortando su comercio en los términos expresados, *porque aquel honor que debe acompañar a la pericia Militar se halla desterrado de los mas [sic] de los sujetos empleados* en ella en aquella provincia los cuales *llevados de la misma codicia cometen incivildades contrarias a su profesión y distintivo*, mezclándose en tratos y contratos, lícitos o ilícitos anexos del mismo Ministerio que ejercen, y así *no es extraño ver tiendas de comestibles o pulperías propias de los mismos Cabos militares* en los que se refunde el salario de la tropa de su mando y de que desorden provienen las tolerancias clandestinas y las incivildades en la misma tropa que las abrigan, y cometen entre sí, y dan paso a las que llevan conocido seguro de su inmediato superior, de modo que éste, oculto, veneno es el fundamento y raíz de aquel grueso comercio clandestino de la Colonia...[grifos nossos]¹⁶⁰

Vemos na passagem acima que, além da cobiça/ambição estar associada à manutenção da existência da Colônia do Sacramento, se apontam dois elementos mais relacionados, e que nos parecem importantes. Por um lado, evidenciam-se os sujeitos que, segundo a fonte, são os responsáveis pelas irregularidades ocorridas no *Real de San Carlos*: são os comandantes das milícias do local, que toleravam e permitiam tais fatos. Diretamente associado, temos o segundo elemento, a acusação de que estas tolerâncias e permissões eram propositais, já que estes mesmos comandantes estavam intimamente ligados às atividades comerciais, tanto legais (caso das *pulperías*) como ilegais. Não temos mais dados do que esses recém apresentados, mas podemos supor, pelo que a historiografia sabe da prática e funcionamento das redes de relações pessoais, que estes cabos-pulperos ao mesmo tempo que deixavam passar mercadorias de seus aliados, obtinham artigos para seus negócios.

¹⁶⁰ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2, Artigo 1, Parágrafo 1, pp. 13-14. Outro exemplo significativo: "... pero en contra de dichas normas está el ánimo de la codicia que vence las dificultades de observancia, daño universal de que adolecen los ánimos de los que han de celar este punto tan esencial en aquella provincia y por esta razón es difícil [sic] su enmienda..." Discurso 1º, Parágrafo 9º, p. 8. Ver também: Discurso 2º, Artigo 5, Parágrafo 4, p. 37; Discurso 5º, Parágrafo 6, p. 58 entre outros.

A denúncia do envolvimento de servidores da Coroa espanhola com o comércio ilegal não para por aqui. Além dos casos já relatados da permeabilidade da proteção do *Real de San Carlos* e das *corsarías*, apresenta-se também o envolvimento daqueles funcionários do *Tribunal de la Real Hacienda*. O autor anônimo afirma que esta prática está relacionada à outra forma de introdução de produtos ilegais em domínios espanhóis: a falsificação de papéis de registro de mercadorias, em especial à entrada no porto. Relata que era comum que os encarregados de registrar as entradas do comércio legal e as compras de mercadorias feitas no porto concedessem a alguns comerciantes papéis com quantidades maiores de fardos do que os realmente comprados. Desse modo, os funcionários os ajudavam a camuflar a parte do total dos produtos que na verdade era proveniente do comércio ilegal, mas que pelo papel oficial, passam a ter caráter legal¹⁶¹. Vemos, portanto, que sempre que é relatado o modo como ocorriam as entradas de mercadorias ilegais nos domínios espanhóis do Rio da Prata, se ressalta o acobertamento resultante dos contatos entre agentes do comércio clandestino com aqueles “que se hallan encargados de su resguardo y prohibición”¹⁶². Ou, como pouco mais adiante diz nosso autor anônimo, as lanchas e mercadorias no Rio da Prata...

... van y vienen privadas del Riesgo en que incurren por la contravención; mediante la contribución que practican los interesados en los grandes negocios, *siendo sólo perseguidos aquellos que la cortedad de su tráfico clandestino no da ensanches a confianzas con los que han de dar el seguro*, ni margen a contribuciones crecidas.¹⁶³

Concluimos, a partir do já exposto, que, segundo nossa fonte, possuir contatos com aqueles que serviam à Coroa, fosse nos escalões mais altos ou nos mais baixos (dos agentes da *Real Hacienda* até os soldados da guarda do *Real de San Carlos*) era muito importante para executar o comércio ilegal. Sabemos também, pelo trecho recém citado, que a fonte nos indica que aqueles responsáveis pelo grosso, ou seja, pelos grandes valores das atividades clandestinas, eram os mais envolvidos com estas *confianças* e, por isso, comumente se “salvavam” do controle e das represálias, continuando com suas atividades. Relacionamos esse fato com as ideias já citadas de Z. Moutoukias:

... la totalidad de los contrabandistas más destacados eran magistrados u oficiales de alto rango, cuando no directamente responsables de las estructuras encargadas de reprimir el tráfico ilegal. Los atributos de autoridad y poder socialmente reconocidos

¹⁶¹ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, Parágrafo 7º, p. 5. Ver também: Discurso 2º, Artigo 2º - *Sobre que las Mercaderías del Comercio legítimo de España al entrar en Buenos Aires se pesen para obviar en mucha parte el comercio clandestino de la Colonia del Sacramento*, pp. 18-20. Em um fragmento sustenta: “... las mercaderías clandestinas, luego que entraron en Buenos Aires, tienen ya el mismo grado de permiso que las legítimas, e internan como éstas a las Provincias con legítimos Despachos...” p. 19.

¹⁶² BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, Parágrafo 7º, p. 5.

¹⁶³ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, Parágrafo 8º, pp. 7-8.

que revestían dichos cargos eran los mismos requeridos para el éxito en los negocios semiclandestinos.¹⁶⁴

Do que foi exposto nestas últimas páginas, acreditamos ser necessário ressaltar dois elementos importantes. Em primeiro lugar, em nossa fonte, no que respeita ao perfil dos envolvidos com o comércio ilegal, devemos fazer uma distinção. Por um lado, quando o documento fala dos portugueses, o perfil é praticamente único: todos os habitantes de Sacramento eram comerciantes que faziam negócios com os espanhóis da região, e este era o motivo de estarem ali. Ao mesmo tempo, quando fala dos envolvidos com o comércio ilegal dentro dos domínios espanhóis já não se pode estabelecer um perfil único e específico. Afirma que, em sua execução, participavam pequenos e grandes comerciantes que traziam e enviavam mercadorias da e para a Europa, e que compravam e vendiam com Colônia, agentes relacionados à administração local ou regional, produtores locais, etc. Ou seja, esta prática entrelaça e perpassa vários grupos de atividades, onde inclusive um mesmo sujeito podia desempenhar diferentes atividades ao mesmo tempo¹⁶⁵.

Embora esta diversidade de perfis seja apresentada, ao longo do texto o autor parece dar mais realce, ou atenção, às formas de contrabando praticadas pelos comerciantes e funcionários, que estavam associados ao contrabando em grande escala. Ao mesmo tempo que os modos e práticas daqueles pequenos produtores que, por exemplo, vendiam para Colônia os couros que, pelo peso ou pela falta de dinheiro, não conseguiam enviar a Europa, é tratado de forma mais rápida, como de menor importância. No entanto, a historiografia concorda em afirmar que a prática do contrabando na região estava bastante disseminada, e nela se envolvia uma parte significativa de seus habitantes. Do mesmo modo, se constata a participação de indivíduos dos variados estratos da sociedade, desde as camadas mais baixas até as mais elevadas¹⁶⁶, aspecto que, no que respeita ao lado espanhol, fica demonstrado em nosso documento. Em investigação, Isabel Paredes conclui que “... si bien el contrabando fue importante para quienes lo practicaban en gran escala, es decir, los comerciantes y

¹⁶⁴ MOUTOUKIAS, Zacarías. “Redes personales y autoridad colonial... *Op. Cit.*, p. 18.

¹⁶⁵ Tal como vimos no caso dos cabos da milícia que são também comerciantes donos de *pulperías*. Lembremos o que Moutoukias afirma que na sociedade do século XVIII, era comum que indivíduos desempenhassem concomitantemente atividades que aos olhos modernos parecem opostas, não podendo rotulá-los com apenas um título como comerciantes, burocratas, contrabandistas ou etc. *Ibidem*, p. 20.

¹⁶⁶ GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História Social), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2002_mest_uffj_tiago_luis_gil.pdf>. Acesso: maio 2015. p. 47.

funcionarios, también lo fue para quienes participaban de él transportándolo, comisándolo o utilizándolo como intercambio de subsistencia.”¹⁶⁷

O segundo elemento que gostaríamos de ressaltar é que, a nosso entender, todas estas denúncias acerca do funcionamento do sistema do comércio ilegal no Rio da Prata detalham o *modus operandi* das redes de relações pessoais¹⁶⁸. Não é possível, em nosso documento, rastrear e acompanhar nenhuma em particular, e nem perceber com detalhes quais eram os grupos que estavam agindo, já que não é feita nenhuma denúncia direcionada a um sujeito que pudesse nos dar pistas. No entanto, podemos constatar que essa extensão relatada das atividades clandestinas somente era possível se feita sobre as ditas “confianças”, que demonstram a existência (e sua necessidade) das estreitas conexões entre diferentes indivíduos e setores sociais que participavam. Portanto, essas redes e conexões eram necessárias para que as atividades ilegais ocorressem.

Nesse contexto, pela lógica das redes, supomos que, possivelmente, os funcionários a que nos referíamos tivessem algum tipo de interesse nesta ajuda, do mesmo modo como os cabos do Real possivelmente obtinham benefícios para suas *pulperías* ao deixarem passar contrabandos de grandes comerciantes em suas guardas. Assim como nossa fonte aponta para militares-comerciantes-contrabandistas, podemos estar falando (embora não tenhamos como confirmá-lo pelos dados do documento) de funcionários-comerciantes-contrabandistas¹⁶⁹, ou ao menos indivíduos muito bem ligados aos comerciantes/contrabandistas em suas redes. Como vemos, é possível constatar que esses contatos socioeconômicos e políticos, que vinculavam principalmente os três importantes portos das margens do Rio da Prata, se estabeleciam dentro da realidade do complexo portuário rioplatense, e foram as que permitiram seu desenvolvimento, sustento e prosperidade.

Acreditamos que a participação desses *pulperos*, ou dos integrantes das *corsarías*, seja uma mostra de que além de seus interesses, ajudavam (outros) comerciantes a obterem produtos ilegais, a partir do estabelecimento destas conexões entre diferentes estratos sociais que, sabemos, são características das redes pessoais¹⁷⁰. Do mesmo modo, entendemos que é possível ter um indício do que Moutoukias se refere por *relações entre pares* quando o anônimo relata, por exemplo, a expedição de papéis jurados com valores falsos; somente não

¹⁶⁷ PAREDES, Isabel. *Op. Cit.*, p. 14.

¹⁶⁸ MOUTOUKIAS, Zacarías. “Redes personales y autoridad colonial... *Op. Cit.*”

¹⁶⁹ Recordemos novamente a concomitância de funções desempenhadas por muitos na época.

¹⁷⁰ São as relações entre *grupos “de empresarios”*, como chama Moutoukias, e os “*empresarios*” *subalternos*. MOUTOUKIAS, Zacarías. “Redes personales y autoridad colonial... *Op. Cit.*, p. 11.

sabemos quem e como estavam vinculados para podermos confirmar. Esse nível de relações, explica, se ocorre entre “aliados o cosanguíneos, amigos y allegados, compadres”¹⁷¹, no que muitas vezes o casamento tinha um importante valor, tal como estudou Susan Socolow¹⁷². A autora mostrou que os casamentos tinham um importante papel na estruturação das redes e analisou como serviam para o estabelecimento de conexão entre a elite local e os agentes da burocracia, utilizado, inclusive, para a incorporação social de novos governantes de Buenos Aires à sociedade, durante o século XVIII.

Para o caso específico das relações entre as povoações que estamos trabalhando aqui, Prado, em seus estudos demográficos sobre Sacramento, nos ressalta que na década de 1760, 12% das mulheres que aparecem identificadas nos registros de batismos de Colônia do Sacramento como mães, eram de origem espanhola. Ainda, 83,3% nasceram em Buenos Aires. Para o autor, estes dados demonstram os vínculos existentes entre os portos do Rio da Prata, evidenciados não só pela via econômica e política, mas também pelos estreitos laços de parentesco entre súditos das duas Coroas ibéricas na região. Demonstra, ainda, o papel da mulher e do casamento como meio de estabelecimento das comentadas alianças comerciais e políticas¹⁷³. Para Tiago Gil, esse tipo de conexões, que afirma serem encontradas também com o Rio Grande do Sul, são um dos fatores pelos quais o contrabando não se interrompe mesmo em momentos de intenso conflito entre espanhóis e portugueses¹⁷⁴.

Para o caso de Montevideú, se atestam, desde sua fundação, fortes vínculos com Colônia, baseados em grande parte pela forte integração de indivíduos portugueses na sociedade montevideana da época. Era perceptível em todos os estratos sociais, mas com importância no setor da elite, onde se registram portugueses beneméritos e donos de solares na cidade, com status de povoadores. Entre eles se encontravam importantes comerciantes portugueses com vínculos com Sacramento. Essa proeminente participação social teve inclusive influência na política do governador e do *Cabildo* da cidade, que não executaram as ordens de expulsão de portugueses do Rio da Prata publicadas por Pedro de Cevallos em 1762, e se negaram a participar na campanha militar contra Sacramento e Rio Grande.

A historiografia mostra que também é possível, sendo esta uma característica das sociedades de tipo europeu-ocidental, identificar em Colônia do Sacramento a tênue

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 11.

¹⁷² SOLOW, Susan. *Los mercaderes del Buenos Aires virreinal: familia y comercio*. Buenos Aires: de la Flor, 1991.

¹⁷³ PRADO, Fabrício. *In the Shadows of Empires:...* *Op. Cit.*, pp. 70-71.

¹⁷⁴ GIL, Tiago Luís. *Op. Cit.*, p. 29.

separação entre a esfera política e a econômica. Podemos principiar recordando que a fundação da praça é atribuída à coalizão dos interesses da Coroa e das elites fluminenses, na tentativa de recuperar os benefícios de se comercializar com Buenos Aires, obtendo a prata espanhola. Não foi diferente durante o século de domínio português: Fabrício Prado, por exemplo, demonstrou existirem importantes vínculos entre o governador Antonio Pedro de Vasconcellos (1722-1749) e alguns comerciantes locais, aos que, segundo denúncias da época, favoreceu em seu governo¹⁷⁵. Prado identifica também a trajetória familiar de Pedro Lobo Botelho, comerciante que prosperou durante o governo de Vasconcellos, mas que também ocupava cargos políticos de significância, como o de capitão de Artilharia de Sacramento, sendo por isso responsável pela comunicação oficial entre o governador da praça portuguesa e o de Buenos Aires, Joseph de Andonaegui. O mesmo Lobo Botelho foi o responsável pela introdução do sucessor de Vasconcellos, Luis Garcia de Bivar (1749-1760), nos assuntos da região, bem como havia feito seu irmão, Manoel Botelho de Lacerda, à chegada de Vasconcellos, no desempenho das mesmas funções administrativas e econômicas¹⁷⁶.

Finalizamos, recordando o trecho que relata as apreensões das *corsarias*, que acreditamos ser o único que parece ter tom de acusação direcionada a um indivíduo: Pedro de Cevallos. Para além de denunciar a ineficiência de Buenos Aires no controle do comércio clandestino, responsabiliza o governador pela situação, o que indiretamente termina por ser uma acusação de envolvimento nessas atividades ou, ao menos, de conivência com elas. Como dissemos quando analisávamos a passagem, entendemos haver aqui uma intencionalidade de oposição política às elites de Buenos Aires ou, ainda, ao bando ou rede de relação da qual participava o nomeado governador dessa cidade. Analisando este ato, agora, desde o ponto de vista do complexo portuário e da forma como se estruturavam essas redes pessoais, podemos entender esses argumentos como além de atitudes de fiel súdito do Rei e, acreditamos, que o anônimo autor, se não pertencia à elite de Montevidéu, ao menos estava fortemente vinculado a ela, a ponto de posicionar-se em sua defesa (ou alinhado ao governador dessa cidade) e contra o grupo de Cevallos. Acreditamos que a exposição, a

¹⁷⁵ PRADO, Fabrício Pereira. “Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII”. In: *Horizontes antropológicos*, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, ano 9, n. 19, pp. 79-104, Julho 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832003000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso: Março 2015. pp. 88 e seguintes.

¹⁷⁶ PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo Sul...* Op. Cit., pp. 175-178. Sobre as vinculações de Luis Garcia de Bivar, ver: KÜHN, Fábio. *Op. Cit.*

seguir, das soluções propostas pelo autor para acabar com o comércio ilegal possa dar mais indícios do que aqui estamos apresentando.

Podemos, por último, considerar o que Fernando Jumar¹⁷⁷ conclui acerca da permanência dos portugueses em Sacramento e a participação da praça no complexo portuário. Para esse autor, suas atividades comerciais serviram para vários propósitos, desde os da própria Coroa lusa até britânicos. Porém, afirma que, para entender esta durabilidade, também devemos considerar os interesses dos súditos da Coroa espanhola que habitavam no Rio da Prata¹⁷⁸. Constata o que expusemos aqui, acerca do envolvimento (embora em alguns casos mais e outros menos) de toda a população platina com o comércio de Sacramento, citando os soldados da guarda em torno a Sacramento (*Real*), os pequenos produtores que tinham Colônia como mercado seguro, os pequenos comerciantes e *pulperos*, etc. (vemos aqui as atividades que o anônimo associa a Montevideú). Assim, afirma que “...pocos debían ser los que deseaban que los portugueses fueran desalojados de la Banda Oriental”¹⁷⁹.

4. O comércio de Sacramento na década de 1760: as soluções

Exporemos aqui as propostas do autor para solucionar o problema do comércio clandestino, do qual se ocupava Colônia do Sacramento. No entanto, não iremos analisá-las nem discutir a pertinência ou não da aplicação das propostas oferecidas por nosso autor. Adentrarmos nessas questões exigiria um fôlego de trabalho extra e foge da proposta inicial que estipulamos e dos limites deste trabalho de conclusão. A análise das soluções propostas fica em aberto para continuidade deste trabalho.

Para o problema da existência de Sacramento e, conseqüentemente, do contrabando, a solução que o autor julga ideal é, acima de tudo, a eliminação e exclusão completa da presença portuguesa no Prata. Isto, argumenta, deveria ser feito por meio de uma medida que, segundo o autor, havia sido repetidas vezes expressada por Gomes Freire de Andrade. A ideia consistia em...

...que el verdadero sitio, ruina, destrucción y toma de la Colonia del Sacramento por los Españoles era el que estos mandasen en lugar de cañones y tropa muchas bretañas y toda especie de mercaderías, frutos y muebles de Europa a Buenos Aires

¹⁷⁷ JUMAR, Fernando. “Colonia del Sacramento y el complejo... *Op. Cit.*, pp. 177-178.

¹⁷⁸ E que por vezes também estavam ligados aos comerciantes de Cádiz e seu comércio legal.

¹⁷⁹ JUMAR, Fernando. “Colonia del Sacramento y el complejo... *Op. Cit.*, p. 178.

y Montevideo libres de toda pensión de daños como hacía el Rey, su amo, con la Colonia y que entonces la comodidad de los precios en Buenos Aires serían los guardas que impedirían a los contrabandistas ir con la Plata, y frutos del País a la Colonia para permutar estos efectos a todas clases de Mercaderías y frutos de Europa y el Brasil,...¹⁸⁰

Assim, acabando com o interesse nas mercadorias oferecidas por Sacramento, acabaria seu comércio e, sendo, na prática, uma praça de caráter comercial, Colônia ficaria sem sustento e sem abastecimento. Consequentemente, seria abandonada, já que, segundo o anônimo, maior parte dos itens de necessidade cotidiana da praça não eram ali produzidos, senão que eram obtidos pelo comércio. Continuando seu raciocínio, explica que, sem os lucros comerciais, Portugal já não teria como e nem interesse em sustentar uma praça militar no Rio da Prata e entregaria Colônia definitivamente para Espanha.

No entanto, o autor se mostra um pouco descrente quanto à efetivação desta medida da maneira apresentada, então, propõe alternativas menores que ajudassem a combater gradualmente o comércio de Sacramento¹⁸¹. Como uma dessas medidas, sugere fazer frente aos baixos custos das mercadorias da praça lusa mediante a abertura dos portos do Rio da Prata e a instauração do livre comércio nas seguintes condições: “...reduciendo a cortos daños las Mercaderías que se carguen en España para Buenos Aires, y a total libertad los de los de toneladas a los Navíos y franqueando licencia a todo el que quisiese ir al Río de la Plata...”¹⁸². Como consequências colaterais, com os navios livres de toneladas, se incentivaria o transporte de maiores quantidades de couros a Espanha, assim com se beneficiaria e se incrementaria a sua produção local, pois surgiriam opulentas estâncias de criação de gado. A solução, segundo o autor, também favoreceria a criação de outros tipos de animais, como o “ganado menor de lana” e o mular, ambos com reduzida criação na época¹⁸³.

Paralelamente, para reduzir os altos custos que tinham os navios nos portos, propõe que se ordenasse moderação na cobrança de emolumentos e “aranceles” e que se estabelecesse a responsabilização do governador e dos oficiais Reais em caso de demora excessiva de um

¹⁸⁰ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, Parágrafo 13º, pp. 11-12.

¹⁸¹ Em suas palavras: “Los medios de ponerlo en práctica bien los explicó el referido Jefe [Gomes Freire] en lo que hemos dicho en este número [Parágrafo 13º], y ciertamente que si se verificase no habría más que decir, pero porque no todo se puede a veces, considerando esto mismo para disminuir en algun modo aquel Giro de Comercio Clandestino, propondré en el discurso siguiente los medios que la práctica me ha enseñado y pueden ser suficientes al intento...” BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 1º, Parágrafo 13º, p. 12.

¹⁸² BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º, Artigo 1º, Parágrafo 1º, p. 12. O livre comércio terminou por ser implementado em 1778, após a expulsão dos portugueses de Sacramento.

¹⁸³ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º, Artigo 1º, Parágrafos 2º, 3º e 4º, pp. 14-17.

navio em um porto¹⁸⁴. Também sugere que se ordenasse que Buenos Aires cobrasse corretamente o *real derecho de avería* (imposto sobre as mercadorias que entravam aos portos), mas que, principalmente, este não fosse cobrado para o envio de mercadorias desde o Rio da Prata a Espanha, o que aumentaria as quantidades enviadas e, por isso, se ganharia mais do que cobrando o direito¹⁸⁵.

Para solucionar o problema das trocas comerciais feitas por terra, o anônimo propõe que se aumentasse a guarda no local, instaurando no *Real de San Carlos* uma comandância de governo político e militar com cargo de residência, o que, portanto, também lhe daria maior independência. Paralelamente, se deveria criar três povoados “tierra adentro sobre las márgenes del Río Negro”¹⁸⁶ para impedir o comércio ilegal e, também, com o aumento de habitantes, proteger a Banda Oriental de inimigos. Também sustenta que, quando houvesse necessidade de fornecer provisões à Colônia, se fizesse em troca de dinheiro e no espaço neutro (tendo sido acertado previamente os valores), por meio de alguém designado pelo Rei e com intervenção do governador do *Real*¹⁸⁷. Além de tudo, defende o endurecimento das penas àqueles que praticassem atos ilícitos¹⁸⁸.

A solução para irregularidades praticadas pelas *corsárias* era que se armassem as seis lanchas em Montevideu de acordo com a formação da tripulação militar, os armamentos e tática de atuação detalhados pelo autor, proibindo que se aportassem nos portos de Buenos Aires e proximidades, nem mesmo em caso de tempestades. Que os produtos apreendidos se vendessem em almoeda –leilão– e se distribuísse entre o Rei, o juiz e os tripulantes (“corsários”) o que lhes correspondia em valor. Além disso, defende que se pagassem bons soldos aos componentes das *corsárias* para que não se vissem tentados a se envolver com o comércio ilegal¹⁸⁹. Pelo mesmo motivo, também deveriam ser bem pagos (e com regularidade e pela Coroa) os guardas que cuidavam os navios nos portos durante a carga e descarga¹⁹⁰.

Ainda, para evitar o problema da falsificação de documentos e aumentar o controle do que entrasse nos domínios espanhóis e o que ali se vendia, propõe que todas as mercadorias

¹⁸⁴ Sua intenção era prevenir qualquer abuso de poder. BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º, Artigo 5º, p. 36.

¹⁸⁵ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º, Artigo 1º, Parágrafo 2º, pp. 14-16; Discurso 3º, pp. 38-41.

¹⁸⁶ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º, Artigo 4º, Parágrafo 1, p. 26.

¹⁸⁷ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º, Artigo 4º, Parágrafo 2, pp. 27-28.

¹⁸⁸ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º, Artigo 4º, Parágrafo 1, p. 27. Também: Discurso 1º, Parágrafo 9º, p. 8.

¹⁸⁹ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º, Artigo 3º, Parágrafos 2 e 4 pp. 21-23.

¹⁹⁰ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º, Artigo 5º, pp. 37-38

chegadas em navios de registro, se pesassem “las que fuesen de fardos, cajones y abarrotos, como también el fierro y demás herrajes”¹⁹¹, e que se contassem o número de peças para o caso dos “frutos”, quando descarregadas no porto. Após, as mercadorias deveriam ser devidamente registradas e cobrados os impostos correspondentes, com o que seus donos receberiam um documento identificando as arrobas de seus produtos. A cada vez que vendessem tudo ou parte do que estava registrado, deveriam declarar a transação indicando a quem venderam e qual quantidade¹⁹².

Sobre o problema específico do grande lucro que os portugueses obtinham com a venda de escravos africanos em Sacramento, em *Discursos* se expõe que Espanha não possuía porto na África “que sirviese de caja o cumulación de los mismos negros, donde luego que llegasen los Navíos los recibiesen”¹⁹³, sendo obrigada então a comprar naquelas costas dos próprios portugueses ou outra nação europeia. Neste contexto, somado aos altos custos e riscos que recaiam sobre os navios no processo, o valor de um escravo trazido pela via legal era muito superior ao oferecido por Sacramento¹⁹⁴. O autor conclui que não havia melhor solução, do que comprar os escravos diretamente da Colônia, fosse em nome da Coroa, ou mediante a criação de uma companhia encarregada especificamente da tarefa. Em qualquer dos casos, a entrada destes escravos deveria ocorrer pelo *Real de San Carlos*, e seriam cobrados os impostos reais tal como costumava fazer em seus dias. O autor sustenta que, assim, a perda monetária seria menor do que deixar a prática em mãos exclusivamente portuguesas¹⁹⁵.

Acima de todas estas soluções, o autor parece colocar uma que resolveria conjuntamente todos os problemas apresentados: transformar Montevideu em principal porto comercial e militar da região¹⁹⁶. Sustenta seu argumento enumerando as vantagens de Montevideu, frente às desvantagens que expõem dos portos da “banda sur”, ligados a Buenos Aires. Trata dos aspectos positivos da Banda Oriental, tanto para comércio (pela facilidade dos navios em aportar devido às condições geográficas do espaço), como também enquanto lugar apropriado para a defesa da Província pela localização e facilidade de rápida ajuda às demais zonas.

¹⁹¹ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º, Artigo 2º, Parágrafo 1, p. 18.

¹⁹² BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 2º, Artigo 2º, Parágrafos 1 e 2, pp. 18-20.

¹⁹³ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 4º, Parágrafo 2, p. 42.

¹⁹⁴ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 4º, Parágrafos 1 a 4, pp. 41-44.

¹⁹⁵ BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 4º, Parágrafo 5, pp. 44-45.

¹⁹⁶ Além de inúmeras referências em páginas anteriores, dedica um discurso completo a expor esta ideia, intitulado “Sistema de Montevideo”. BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 5º, pp. 45-61.

A efetivação da solução proposta implicava em alterações da administração, já que o poder político e as forças militares da Província deveriam transferir-se para a Banda Oriental. Isto se justificava, ainda, porque Montevideu também seria melhor espaço para defesa, por terra, da Província. Essa transferência, somada à visibilidade à Colônia, justificavam que também ali deveria concentrar-se o combate ao contrabando, feito por terra ou por água, devendo Montevideu inclusive passar a ser porto de armamento das *corsarias* (tal como expusemos antes). Não deixa de comparar as características do terreno da região de Buenos Aires com o de Montevideu, sendo este último melhor para agricultura e pecuária¹⁹⁷. Com esta proposta, além de solucionar os problemas existentes, o autor pretendia desenvolver a região e, assim, obter bons retornos aos locais e à Sua Majestade, o Rei de Espanha¹⁹⁸.

Com essa última e conclusiva solução, somada às já comentadas, proposta do controle do comércio de escravos e de independência do Real para desenvolvimento local, se percebe que o objetivo final do texto é fortalecer política e economicamente a Banda Oriental. Para isto, se propõem algumas alterações que implicariam a transferência do centro político-administrativo e o desenvolvimento e povoamento da região. A consequência é o enfraquecimento de Buenos Aires a respeito dos mesmos quesitos.

¹⁹⁷ “...todo inteligente que haya examinado su terreno, dirá que la parte del Norte del Río de la Plata, comprendida entre sus márgenes, las del Río Negro, y Costa de Mar, que corre desde el cabo de Santa María hasta el Río Grande, es la que importa aumentar, y poblar, así para hacer oposición a los portugueses por la parte del Río Grande, como para impedir toda invasión de enemigos, que se haga en el Río de la Plata, pues su terreno es el mejor de toda la provincia, el más aparente a agricultura y cría de ganados, el más proporcionado a la defensa propia de la misma provincia, teniendo por capital la Plaza, e importante puesto de Montevideo, y ultimamente el que con su vecindario aumentado, pueda en todo tiempo atacar la Colonia, tener en brida toda la Provincia y causar respeto a todo enemigo, que quiera invadirla...”. BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 5º, Parágrafo 3, p. 50. O autor diz ainda que estas medidas ajudariam também a aumentar o número de “estancias de Labor y Cría de ganados”. BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 5º, parágrafo 3, p. 49.

¹⁹⁸ Em suas próprias palavras: “...por cuyas razones fundamentales es en todo tiempo preferible a la del sur, y es la que debe procurarse fomentar con población, fortificar su plaza de Montevideo, hacerla cabeza de la provincia, residencia de los bageles de España, y su trato y contrato con la misma Provincia, la del Tucumán y Paraguay por Buenos Aires, con cuyos medios se hará responsable la misma Provincia, se pondrá a cubierto de enemigos y se embarazará el grueso del Comercio clandestino de la Colonia del Sacramento.” BANHRA. *Discursos sobre el comercio...*, Discurso 5º, parágrafo 4, p. 53.

CONCLUSÃO

Ao trabalharmos com o documento anônimo, “*Discursos sobre el comercio legitimo de Buenos Aires con la España, el clandestino de la Colonia del Sacramento: medios de embarazo en la mayor parte y poner a cubierto de enemigos aquella provincia*”, nos propusemos responder qual o papel de Colônia do Sacramento no comércio da região do Rio da Prata pela metade da década de 1760 e, também, como e quem desenvolvia o comércio ilegal nos domínios espanhóis. Após realizarmos a leitura e análise da fonte, apontamos ao longo de nosso trabalho algumas interessantes conclusões. Estas, a modo de fechamento, serão aqui retomadas.

Vimos a denúncia da existência de uma intensa rede de trocas, ilegal segundo a ótica espanhola de *Discursos*, de produtos e mercadorias que se estabelecia entre Colônia do Sacramento e os assentamentos espanhóis do Rio da Prata. A historiografia aponta que essas relações comerciais –amadurecidas desde o final do sítio de 1737 e consolidadas principalmente na primeira metade da década de 1750– estavam em pleno funcionamento para a metade da década de 1760, época de que ocupa o relato do documento que trabalhamos. O caráter praticamente comercial de Sacramento em 1766, o qual sustentava sua presença na região do Prata e ocupava seus habitantes, é um dos elementos que o autor anônimo trata de demonstrar.

O documento ocupa-se, então, de descrever como ocorriam essas trocas comerciais, detalhando os diferentes modos como eram estabelecidas, e os atores envolvidos nessas práticas. Dá especial atenção, no entanto, à forma como e porque ocorria a entrada de artigos ilegais aos domínios espanhóis. Um dos motivos explicativos que oferece são os elevados custos das mercadorias legais do comércio espanhol se comparados com o baixo preço a que eram oferecidas na praça portuguesa. Esta realidade das mercadorias espanholas era reflexo das taxas e impostos estipulados por lei, para seu envio desde Espanha ao Rio da Prata (assim como no sentido inverso), às quais se somavam também outros impostos e gastos para aportar e emolumentos cobrados irregularmente pelos funcionários de Buenos Aires.

O autor de nossa fonte acusou Buenos Aires de ser praticamente a única responsável pelos contrabandos ocorridos na região, enquanto, em apenas um trecho, Montevidéu é associada a algumas vendas, esporádicas e reduzidas. Assim, entendemos que o anônimo valoriza de maneiras diferentes as variadas formas de contrabando que apresenta, estando isto

ligado à intenção de incriminar a imagem de Buenos Aires e mostrar Montevideú como isenta e imune ao comércio ilegal. Por outro lado, vimos pela historiografia que, embora Buenos Aires concentrasse grande parte das atividades ilegais, os agentes de Montevideú também participavam de atos ilícitos, ainda que em menor escala, mas o anônimo parece reduzir a importância das ilegalidades montevidéanas. Concluímos então, a partir do ponto de vista do funcionamento do complexo portuário, que para além de uma constatação efetiva dos números e frequência do comércio ilegal, a forma como em *Discursos* é descrito o envolvimento de cada uma destas cidades com o contrabando é consequência de um contexto de disputa política.

Este argumento fica ainda mais compreensível quando se vê que a intenção final do autor em *Discursos* é defender a ideia de que Montevideú deve ser convertido no porto mais importante da região. Esta medida, que o autor expõe como solução para defesa militar e do comércio legal no Rio da Prata, para combater o comércio ilegal e para incentivo do desenvolvimento local, tinha como consequência lógica o deslocamento de Buenos Aires de sua posição proeminente na região. Para alcançar este objetivo, nos parece que os argumentos de nosso autor trabalham muito bem.

Deste modo, a nosso entender, estas propostas reforçam nossas conclusões de que a valorização dada pelo autor às diferentes formas de contrabando refletem um embate político entre Montevideú e Buenos Aires dentro do marco do *complejo portuario rioplatense*; a potencialização dos defeitos da capital e a minimização do contrabando que envolvia o porto espanhol da Banda (junto com a exposição de suas ótimas condições geográficas e ambientais) dão argumentos para seus projetos políticos e econômicos. Afinal, com estas medidas, o comércio e seu controle, legal e ilegal, passariam completamente às mãos de Montevideú.

Vimos as redes de relações atuando para, assim, desenvolver as atividades clandestinas, cujos atores, disse o anônimo, além de impelidos pelas condições comerciais já citadas, eram também movidos à prática de ilegalidades pela cobiça. Constatamos também a descrição dos modos como os súditos espanhóis ajudavam a entrada de mercadorias aos domínios de Espanha, tanto por terra como por água, entre os quais encontramos envolvidos, inclusive funcionários da Coroa. Assim, seja no relato sobre “vista grossa” à movimentação de mercadorias ou pela ajuda e acobertamento das trocas ilegais ou, ainda, seja pela falsificação

de documentos de registro de mercadorias, vimos como os contatos entre pares, característicos das redes, eram ativados para fazer possível o circuito de comércio clandestino.

Observamos também que o perfil dos envolvidos, desde o lado espanhol, era múltiplo quanto às atividades a que se dedicavam e à posição ocupada na sociedade, o que nos atestou a não especialização de tarefas de um mesmo indivíduo, aspecto necessário para funcionamento das redes. Isso nos demonstrou, ainda, outra característica das redes, que é a ativação de contatos de diferentes níveis sociais para interesses particulares. Tudo nos indica o alto envolvimento da sociedade platina com o contrabando, tal como demonstramos é constatado pela historiografia.

Uma última conclusão: muitas denúncias como *Discursos* foram feitas à Corte (e não só para o Rio da Prata, mas também tratando do outros lugares da América espanhola), especialmente sob o pretexto de propor melhoras à administração, à política e à economia, e beneficiar a Coroa de Espanha. Estes documentos são melhor entendidos se tivermos em conta, que no século XVIII se aplicaram as conhecidas Reformas Bourbônicas. Mesmo com estes constantes avisos e com esta mentalidade reformista, podemos dizer que “pouco” fez a Coroa para modificar a situação do contrabando com Colônia do Sacramento, atividade que até a data de nossa fonte já levava aproximadamente oitenta anos e que foi praticada nos moldes aqui relatados pelo menos até 1777.

Para entender, lembremos o que concluímos acerca do envolvimento dos rioplatenses no comércio com Sacramento e tenhamos em conta o que Z. Moutoukias afirma: embora as redes de relações pessoais abrissem espaço para estabelecimento de interesses particulares, entre eles para a prática de corrupções e do contrabando, a Coroa espanhola conhece e permite estas atividades já que estas mesmas redes eram úteis ao estabelecimento e perpetuação do poder da Coroa nas colônias.

Ao longo deste trabalho pôde-se ver a riqueza desta fonte, principalmente depois da exposição das soluções propostas por seu autor, apresentadas no capítulo anterior. Como explicamos na introdução, justamente por esta característica tivemos que deixar de fora dois discursos que compõem o documento já que o caráter de seu conteúdo divergia do propósito deste trabalho. Outro elemento que gostaríamos de ter abarcado neste escrito, mas que o formato nos obrigou a deixar de lado é uma análise específica e detalhada das pistas que o texto aporta para a identidade do autor. Estas duas questões ficam para ser desenvolvidas mais atentamente nos próximos trabalhos que pretendemos realizar a continuação.

REFERÊNCIAS

Fontes

BIBLIOTECA DE LA ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA DE LA REPÚBLICA ARGENTINA – Buenos Aires (BANHRA). *Discursos sobre el comercio legitimo de Buenos Aires con la España, el clandestino de la Colonia del Sacramento: medios de embarazo en la mayor parte y poner a cubierto de enemigos aquella provincia*. Localização: B 08-01-25. 90 folhas.

REAL BIBLIOTECA DEL PALACIO REAL DE MADRID – Madri (RBPRM). *Discursos sobre el comercio legitimo de Buenos Aires con la España, el clandestino de la Colonia del Sacramento: medios de embarazo en la mayor parte y poner a cubierto de enemigos aquella provincia*. Localização: II/2825. f. 283 r.-340 r. (Colección Ayala).

Bibliografia

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Brasília: Senado Federal, edições eletrônicas, [s.d]. (Biblioteca básica brasileira). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000030.pdf>>. Acesso: Maio 2015.

ALDEN, Dauril. *Royal government in colonial Brazil: with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1968.

ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colónia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973.

BARBA, Enrique. “Sobre el contrabando de la Colonia del Sacramento: siglo XVIII”. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1980. pp. 57-76. Separata *Investigaciones y ensayos*, nº28, Julho-setembro, 1980.

BENTANCUR, Arturo A. *Contrabando y contrabandistas: historias coloniales*. Montevidéo: Arca, 1982.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “A fronteira dos Impérios: conexões políticas, conflitos e interesses portugueses na região platina.” IN: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES, 2005, Lisboa. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, 2005. pp. 1-10. Disponível em: <

camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/maria_fernanda_bicalho.pdf}. Acesso em : Abril 2015.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo: Itatiaia, 1984.

COUTO, Jorge. “O Tratado de Limites de 1750 na perspectiva portuguesa”. IN: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA SOBRE EL TRATADO DE TORDESILLAS Y SU ÉPOCA, Setúbal, 1994. *El tratado de Tordesillas y su época*. Valladolid: Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1995. pp. 1593-1610. Vol. III.

GIL, Tiago Luís. *Infieis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História Social), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2002_mest_ufrj_tiago_luis_gil.pdf>. Acesso: maio 2015.

JUMAR, Fernando. “Colonia del Sacramento y el complejo portuario rioplatense, 1716-1778”. IN: Silva, H., (dir.) *Los caminos del Mercosur: Historia económica regional*. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 2004. pp. 163-199. “Etapa colonial”. Disponível em: <<http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/libros/pm.7/pm.7.pdf>>. Acesso: Março 2015.

JUMAR, Fernando. “Colonia del Sacramento, la bibliografía y la creación de las memorias nacionales”. IN: COLÓQUIO INTERNACIONAL TERRITÓRIO E POVOAMENTO – A PRESENÇA PORTUGUESA NA REGIÃO PLATINA, Colônia do Sacramento, Uruguai, 23-26 de março de 2004. *Instituto Camões, Atas eletrônicas*. pp. 1-26. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/coloquios-e-congressos/a-presenca-portuguesa-na-regiao-platina/395-395/file.html>>. Acesso: Abril 2015.

JUMAR, Fernando. “La región Río de la Plata y su complejo portuario durante el Antiguo Régimen”. IN: FRADKIN, Raúl O. (Dir. Tomo). *Historia de la Provincia de Buenos Aires*. Buenos Aires: Universidad Pedagógica de la Provincia de Buenos Aires, EDHASA, 2012. pp. 123-157. Tomo 2 – “De la Conquista a la crisis de 1820”, Disponível em: <https://www.academia.edu/3637522/_La_region_Rio_de_la_Plata_y_su_complejo_portuario_durante_el_Antiguo_Regimen_.En_Fradkin_Raul_dir._Historia_de_la_Provincia_de_Buenos_Aires_Tomo_II._Buenos_Aires_Universidad_Pedagogica_de_la_Provincia_de_Buenos_Aires_EDHASA_pp._124-157>. Acesso: Abril de 2015.

KÜHN, Fábio. “Os interesses do governador: Luiz Garcia de Bivar e os negociantes da Colônia do Sacramento (1749-1760)”. IN: *Topoi*, Revista de História, Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, pp. 29-42, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi24/TOPOI24_2012_A02.pdf>. Acesso em: Fevereiro 2015.

- LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. IN: _____. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. Coleção Repertórios. pp. 535-553.
- LUCENA GIRALDO, Manuel. “El Tratado de Límites de 1750 desde la perspectiva española”. IN: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA SOBRE EL TRATADO DE TORDESILLAS Y SU ÉPOCA, Setúbal, 1994. *El tratado de Tordesillas y su época*. Valladolid: Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1995. pp. 1611-1625. Vol. III.
- MARTÍNEZ MARTÍN, Carmen. “La Frontera del Virreinato del Río de la Plata con Brasil: un polémico legado del reinado de Carlos IV (1787-1808)”. IN: NAVARRO AZCUE, Concepción; AMADORI, Arrigo; LUQUE TALAVÁN, Miguel (Coords.). *Una crisis atlántica: España, América y los acontecimientos de 1808*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, Asociación Española de Americanistas, 2010. pp. 267-286.
- MAURO, Frédéric. “Portugal y Brasil: estructuras políticas y económicas del imperio, 1580-1750”. IN: BETHELL, Leslie (Ed.). *Historia de América Latina*. Barcelona: Editorial Crítica, 1990. pp. 127-149. Cap. 4. Vol. 2: “América Latina colonial: Europa y América en los siglos XVI, XVII, XVIII.”.
- MCFARLANE, Anthony. “Political Corruption and Reform in Bourbon Spanish America”. IN: LITTLE, Walter; POSADA CARBÓ, Eduardo (Eds.). *Political corruption in Europe and Latin America*. Londres: Macmillan; Institute of Latin American Studies, University of London, 1996. pp. 41-63.
- MENZ, Maximiliano Mac. *Entre dois impérios: formação do Rio Grande na crise do antigo sistema colonial (1777-1822)*. São Paulo: USP, 2006. Tese (Doutorado em História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11072007-110304/>>. Acesso: Maio 2015.
- MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*. Porto Alegre: Globo, 1937.
- MONTEIRO, Rodrigo Borges. “Nas fronteiras do Antigo Regime: A Colônia do Sacramento no século XVIII.” IN: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES, 2005, Lisboa. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, 2005. pp. 1-16. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/rodrigo_borges_monteiro.pdf>. Acesso: Março 2015.
- MORENO GALLEGO, Valentín. “La Real Biblioteca y sus fondos americanistas: Guía de fuentes”. IN: *Lope de Barrientos. Seminario de Cultura*, Cuenca (Espanha), v. 2, 2009. pp. 105-140. Disponível em: <<http://www.realbiblioteca.es/images/agenda/Fondos AmericanistasRB.pdf>>. Acesso: Maio 2015.

- MOUTOUKIAS, Zacarías. “Redes personales y autoridad colonial: Los comerciantes de Buenos Aires en el siglo XVIII”. IN: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, Paris, pp. 1-35, maio/junho 1992. (Traduzido por María Carolina Zapiola para a cátedra de História da América II –colonial– da Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires).
- MOUTOUKIAS, Zacarías. “Contrabando y sector externo en Hispanoamérica colonial”. IN: CARMAGNANI, Marcello; HERNÁNDEZ CHÁVEZ, Alicia; ROMANO, Ruggiero (Coords.) *Para una historia de América*. México: Colegio de México, Fideicomiso Historia de las Américas, Fondo de Cultura Económica, 1999. pp. 172-197. Vol. II – Los Nudos 1.
- MOUTOUKIAS, Zacarías. “El comercio interregional”. IN: CASTILLERO CALVO, Alfredo (dir. vol.) *Historia General de América Latina*. París/España: UNESCO, Editorial Trotta, Simancas Ediciones, 2000. pp. 133-149. Vol. III, tomo 1: “Consolidación del orden colonial”.
- NAVARRO GARCÍA, Luis. *Hispanoamérica en el siglo XVIII*. 4ª edição (corrigida e aumentada). Sevilla: Universidad de Sevilla, 2012.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 2011. (Estudos Históricos).
- PAREDES, Isabel. “Comercio y contrabando entre Colonia del Sacramento y Buenos Aires en el período 1739-1762”. IN: COLÓQUIO INTERNACIONAL TERRITÓRIO E POVOAMENTO – A PRESENÇA PORTUGUESA NA REGIÃO PLATINA, Colônia do Sacramento, Uruguai, 23 a 26 de março de 2004. *Instituto Camões, Atas eletrônicas*. pp. 1-29. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/bibliotecadigital-camoes/cat_view/75-coloquios-e-congressos/80-a-presenca-portuguesa-na-regiao-platina.html>. Acesso: Fevereiro 2015.
- PIETSCHMANN, Horst. “Burocracia y corrupción en hispanoamérica colonial. Una aproximación tentativa”. IN: *Nova Americana*. Torino, n. 5, pp. 11-37, 1982.
- POSSAMAI, Paulo César. “De núcleo de povoamento à praça de guerra: a Colônia do Sacramento de 1735 a 1777”. IN: *Topoi*, Revista de História, Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, pp. 23-36, julho/dezembro 2010. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi21/Topoi21_02Artigo2.pdf>. Acesso: Março 2015.
- POSSAMAI, Paulo César. *Colonia del Sacramento: vida cotidiana durante la ocupación portuguesa*. Montevideo: Torre del Vigía ediciones, 2014.
- PRADO, Fabrício. *In the Shadows of Empires: Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Rio de la Plata (c. 1750 - c.1813)*. Atlanta: Emory University, 2009. Tese (Doutorado em História), Faculty of the Graduate School of Emory University, Emory University, 2009.

- PRADO, Fabrício Pereira. “Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII”. IN: *Horizontes antropológicos*, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, ano 9, n. 19, pp. 79-104, Julio 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832003000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso: Março 2015.
- PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo Sul da América Portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: Funproarte, 2002.
- SANZ TAPIA, Ángel. *El final del Tratado de Tordesillas: La expedición del virrey Cevallos al Río de la Plata*. Valladolid: Junta de Castilla y León, Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1994.
- SANZ TAPIA, Ángel. “La delimitación definitiva de Tordesillas: el Tratado de San Ildefonso (1777)”. IN: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA SOBRE EL TRATADO DE TORDESILLAS Y SU ÉPOCA, Setúbal, 1994. *El tratado de Tordesillas y su época*. Valladolid: Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1995. pp. 1653-1685. Vol. III.
- SCHWARTZ, Stuart B. “Brasil colonial: plantaciones y periferias, 1580-1750”. IN: BETHELL, Leslie (Ed.). *Historia de América Latina*. Barcelona: Editorial Crítica, 1990. pp. 191-259. Vol. 3: “América Latina colonial: economía”.
- SOCOLOW, Susan. *Los mercaderes del Buenos Aires virreinal: familia y comercio*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1991.
- VALLADARES, Rafael. “Los conflictos luso-españoles en torno a Brasil bajo Carlos II (1668-1700)”. IN: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA SOBRE EL TRATADO DE TORDESILLAS Y SU ÉPOCA, Setúbal, 1994. *El tratado de Tordesillas y su época*. Valladolid: Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1995. pp. 1465-1476. Vol. III.